

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL

CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

ARMANDO INSALA CÁ

A CRISE POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU: O golpe de 14 de novembro de 1980.

Redenção,  
2014.

ARMANDO INSALA CÁ

A CRISE POLITICA EM GUINÉ-BISSAU: O golpe de 14 de novembro de 1980.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharelado em Humanidades. Orientador: Prof. Dr. BasÍlele Malomalo.

Redenção,  
2014.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

cá, Armando Insala.

C11c

A crise política em Guiné-Bissau: O golpe de novembro de 1980 /  
Armando Insala cá. - Redenção, 2017.  
53 fl: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto de Humanidades e  
Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-  
Brasileira, Redenção, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Basílele Malomalo.

1. Guiné-Bissau. 2. Guiné-Bissau - Golpe de Estado de 14 de  
novembro de 1980. 3. Guiné-Bissau - Crise. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 966.5703

---

ARMANDO INSALA CÁ

A CRISE POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU: O golpe de 14 de novembro de 1980.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharelado em Humanidades. Orientador: Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo (Orientador)  
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

Prof. Dr. Luís Tomás  
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

Prof. Mário Biague  
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Redenção,  
2014.

## **DEDICATÓRIA**

Primeiramente e com muito carinho, dedico este trabalho à memória de minha irmã Nanda e a minha madrinha Antônia, para minha querida mãe, Otinta Ié, e ao meu querido pai, N. tchala cá.

Pelo esmero em tudo que faz, quero dedicar este trabalho, também, ao meu orientador, Prof. Dr. Bas Ielele Malomalo e à sua digníssima esposa.

Pela compreensão com que me assistiu em todo o período deste curso, dedico ainda à minha namorada, Thaiany Oliveira, bem como à sua família.

Eu não poderia deixar de fora desta dedicação os meus queridos irmãos Imelson, Matcho, Ernesto, Casimiro, Elisabete, Perdigão, Tinho, Miller, Benibel, Tamilton, Marciano, Libania, Kaino, Ricardo, Valeriano e Trindade.

Esta dedicação também é extensiva aos meus amigos: Benvinda, Aminata, Ivanilson, Carlos, João Semedo, Jeremias, Marcos, Jorge, Raul, assim como aos demais mestres: Vera Rodrigues, Gledson, Janneatte, Leia, Cristina, Vania, Fernando Afonso, Maurilio, Victor.

E, por último, dedico, todavia, este trabalho às minhas sobrinhas Elisabete Carlos Semedo, Carlota, Djuntai, Ema, Bayn, Helton, por todo o carinho que a mim têm oferecido no decorrer de suas vidas, que tem dado o ânimo necessário para que eu possa perseverar sempre em meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me proporcionado vontade, dedicação e superação nas dificuldades encontradas nos momentos iniciais desse curso.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Bas Ielele Malomalo e a sua esposa, cuja dedicação é difícil mensurar. Suas observações e leituras atentas durante o processo de escrita desse trabalho de conclusão de curso (TCC), possibilitaram o desenvolvimento de um olhar mais profundo e disciplinarmente educado para os dados coletados durante toda

a pesquisa. Saliento, ainda, que não se trata de um simples orientador, mas sim de um irmão ou até mais que isto, um verdadeiro pai, no lugar de um mestre.

Agradeço a meus pais e à toda a minha família, à minha namorada e seus familiares que me incentivaram e apoiaram de forma inesquecível com as motivações precisas nos momentos difíceis e de extremo cansaço.

À Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), pela oportunidade de realizar o meu sonho: o de me graduar.

Aos professores da Unilab, em especial aos que fizeram parte dessa banca examinadora, Luís Tomás e Bruno Okoudowa, e dizer que vocês são exemplos para mim; aos queridos amigos e irmãos, e para todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para a realização desse trabalho.

## **RESUMO**

A crise de novembro de 1980 em Guiné-Bissau é aquela que foi originada pelo golpe de Estado no mesmo ano em que pôs fim ao projeto de união Guiné-Bissau/Cabo Verde. Este acontecimento é duplamente simbólico para o nosso propósito. Por um lado, ele pôs fim termo ao papel político de primeiro plano dos cabo-verdianos, datando de vários séculos e, por outro lado, ele constitui um segundo entrave ao desenvolvimento da comunidade mestiça na Guiné-Bissau, sendo a primeira a independência em relação a Portugal. O objetivo deste trabalho é o de compreender as causas do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e o porquê de os guineenses colocarem fim ao projeto de união Guiné-Bissau/Cabo Verde. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica, que consiste na leitura dos livros, artigos e sites para a coleta de dados. O nosso trabalho pauta-se, do ponto de vista teórico, na literatura científica de Julião Sousa (2012), Tchernó Djaló (2012), Moema Parente Augel (2007), Leila Leite Hernandes (2005).

Palavras chaves: Crise política; Guiné-Bissau; Golpe.

## **ABSTRACT**

The crisis of November 1980 in Guinea Bissau is one that was originated by the coup in the same year and the end pos union Guinea / Cape Verde project. This event is doubly symbolic for our purpose. On the one hand, he put an end to the political role

of the foreground of Cape Verdeans, dating from several centuries and, on the other hand, it constitutes a second barrier to the development of the colored community in Guinea-Bissau, the first being independence to Portugal. The objective of this work is to understand the causes of the coup of November 14, 1980 and why the Guinean put an end to union Guinea / Cape Verde project. The methodology is bibliographic research, which consists of reading books, articles and websites to collect data. Our work is guided, from the theoretical point of view, the scientific literature of Julian Sousa (2012), Tcherno Djalo (2012), Moema Parente Augel (2007), Milk Leila Hernandez (2005).

Key words: Political Crisis; Guinea-Bissau; Blow.

## INTRODUÇÃO

Neste ponto, pretendemos explicar as motivações que nos levaram a escolher o presente tema para a confecção desta monografia. Primeiramente, exploraremos a situação política da Guiné-Bissau, desde que ascendeu à independência, em 1973, até a sua separação com Cabo Verde, em 1980.

A primeira motivação tem a ver com os sucessivos golpes que assolaram a Guiné-Bissau, principalmente o último, datado de abril de 2012, que consideramos um dos piores ou aquele que mais afetou o país. Seus efeitos se fizeram sentir a todos os guineenses, tanto àqueles que se encontravam fora do país, como àqueles de dentro do país. A segunda motivação retrata a vontade de conhecer e aprofundar-nos na matéria que trata deste assunto, com o desejo de entender as realidades e problemáticas que marcaram a Guiné-Bissau, partindo do princípio de que o golpe de novembro de 1980 inicia uma sucessão de situações catastróficas ao país.

A terceira e derradeira motivação da concretização deste trabalho é o desafio lançado por Luís Inácio da Silva (Lula), a todos alunos dessa universidade (UNILAB), a se formarem e voltarem a dar contribuições de desenvolvimento a seus países de origem, dar continuidade à tarefa da luta já iniciada por seus compatriotas. E, para encarar esse

desafio, é necessário entender o passado da Guiné-Bissau, lidar com o presente e prepararmo-nos melhor para o futuro.

A hipótese que se levanta aqui é de que a Guiné-Bissau pós fim ao projeto de união Guiné/Cabo Verde, através de um golpe que, para os guineenses, seria uma segunda independência. Percebeu-se, então, que a infiltração do aparelho político-administrativo na Guiné-Bissau, pelos Cabo-Verdianos e mestiços guineenses, de uma forma ou de outra, se perpetuaram através das épocas e períodos históricos de modo radicalmente diferente com a dos guineenses; aliás, foram responsáveis pelos revides ou violência e, por razões históricas já evocadas, o seu papel de auxiliares e de burocratas da administração colonial foi determinante na gestão administrativa da colônia, e são os membros desta mesma comunidade que constituíam a liderança do movimento armado de libertação nacional.

O objetivo geral deste trabalho é compreender as causas que serviram de detonador para o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 e o fim do projeto de união Guiné/Cabo verde.

O mesmo comporta três objetivos específicos:

1) Entender porque os guineenses puseram fim ao projeto de união Guiné/Cabo Verde.

2) Procurar perceber, porque que os guineenses não confiavam nos funcionários cabo verdianos e mestiços guineenses, que já faziam parte do aparelho administrativo colonial.

3) Buscar perceber quais as causas principais da crise política vivida depois da independência até golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980.

Neste trabalho, empregamos a pesquisa bibliográfica que, segundo Antônio Carlos Gil (2010), é feita através de material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, com base em material já publicado. Tradicionalmente, comenta o mesmo autor que, em virtude da existência de novos

formatos de informação, esta mobilidade de pesquisa passou a incluir outros tipos de fontes como discos, fitas magnéticas, CDS, bem como o material disponibilizado pela internet.

Continua afirmando o mesmo, que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir, ao investigador, a cobertura de um assunto de uma forma muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar no campo de forma direta. Essa vantagem torna-se uma maneira importante quando o assunto de pesquisa e dados se encontram num país muito distante do pesquisador. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados, senão com base em dados bibliográficos.

Para Gil (2010), todas essas vantagens da pesquisa bibliográfica a que nos referimos até agora, têm, no entanto, uma contrapartida que pode afetar em muito a qualidade da pesquisa. Muitas vezes, os livros, jornas, artigos, etc. (as fontes secundárias) apresentam as informações ou dados coletados de forma errada. Assim, qualquer autor que fundamenta o seu trabalho nessas fontes tenderá a repetir os mesmos erros. Para evitar esses erros, convém aos pesquisadores ter conhecimentos sobre o assunto de forma vivida, e utilizar outras fontes para tentar descobrir possíveis incoerências ou condições, cotejando-as, cuidadosamente, (GIL, 2010). Nesse sentido, na nossa pesquisa, valorizamos mais a pesquisa bibliografia pautando-se, especificamente, na literatura de Sousa (2012), Moema (2007), Tchernó (2012), Leila Hernandez (2005).

A interpretação dos dados coletados é feita a luz da História e da Sociologia, fundamentada na proposta de Leila Hernandez (2005), Julião Sousa (2012), Moema Parente Augel (2007) e Tchernó Djaló. Analisando o livro de Elisa Pereira Reis, Renato Moseff Perissionotto (1999), observa-se que, para aquela autora, o melhor caminho para se compreender os fenômenos sócio-históricos está em promover uma articulação ou relação permanente entre teoria sociológica e história, entre generalização e singularidade. Essa conjugação entre sociologia e história é positiva, exatamente em função de sua tolerância analítica que faz do diálogo entre parâmetros estruturais e escolhas individuais a senha da relevância da explicação. Insiste ainda Perissionotto que, a relação entre as duas disciplinas é tida como o caminho mais fértil para se explicar acontecimentos históricos.

## **CAPÍTULO I - REALIDADE SOCIAL, GEOGRÁFICA E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA GUINÉ-BISSAU**

Este capítulo divide-se em três seções. A primeira apresenta a situação social e geográfica da República de Guiné-Bissau, focando nas questões de fauna, populações, grupos étnicos e religiões, como se apresentam hoje. A segunda apresenta a história da Guiné-Bissau nos períodos pré-colonial e colonial, salientando os do declínio dos reinos, o impacto do tráfico negreiro e da escravidão, e a colonização nessa região.

- **Contexto Social E Geográfico Da República De Guiné Bissau**

Segundo Moema Parente Augel (2007), a República da Guiné-Bissau situa-se na Costa Ocidental africana, tendo como fronteira, ao norte, o Senegal, e, ao Sul, a República da Guiné-Conakry.

Tem a maior parte do território formada por terrenos baixos e pantanosos e possui um litoral formado por mangues que incorporam o Arquipélago dos Bijagós, que tem como superfície uma área total 36.125 quilômetros.

A parte Ocidental é ocupada pelas selvas e florestas. O território continental é cortado por rios caudalosos como o Geba, o Cacheu, o Corubal, o Mansoa, o Rio Grande de Buba e o Rio Cachine, todos com inúmeros braços, (MOURÃO, 2009, p. 23-24).

#### **Figura: Mapa da Guiné-Bissau**

De acordo com Augel (2007, p. 50), a população da Guiné-Bissau é considerada, conforme último censo, com cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes, e dispõe cerca de 30 diferentes grupos étnicos, distribuídos por regiões administrativas, cada um deles podendo acolher mais de uma etnia e ter predominância de um ou mais grupos étnicos, a saber: Oio por Balanta e Mandingas, Biombo por Pepel,

Gabú por Fula, Cacheu por Manjaco e Bafatá por Fula e Mandinga, (MOURÃO, 2009, p.24). Em termos percentuais, temos: Balantas 32%, Fula 21%, Mandjaco 14%, Mandinga 14%, Pepel 7%.

A língua oficial é o Português, e é falada por menos de 9% da população. O crioulo é a língua mais discorrida nos meios urbanos guineense e é difundida em todo o país. As línguas étnicas persistem serem faladas no seio de cada etnia. Sobressaem-se o Balanta (cerca de 245.000 falantes), a Fula (200.000 falantes), o Mandinga (100.000 falantes), o Mandjaco (80.000 falantes), o Papel (72.000 falantes), o Beafada (20.000 falantes), o Bijagó (20.000 falantes), o Mancanha (19.000 falantes), o Felupe (15.000 falantes), o Nalu (4.000 falantes), (AUGEL, p. 410).

Quanto à religião, o que se percebe é que, a ligação entre o visível e o invisível, o natural e o sobrenatural para os guineenses, têm uma grande importância porque permite uma comunicação com o sagrado, proteção dos antepassados e na África, em geral. Principalmente nas zonas rurais (mas não só), no total da população do país, 54% são incluídos na categoria de adeptos das religiões chamadas tradicionais, cuja crença está baseada no culto dos antepassados, das forças da natureza e no poder da espiritualidade. Há acerca de 38% de muçulmanos, entre os quais as fulas e mandingas são os mais numerosos, e uma minoria cristã correspondente a cerca de 8% da população, concentrados nos núcleos urbanos, sobretudo, na capital. Não há extremismos nem fundamentalismo no país, e a miscigenação tanto religiosa como étnica é muito grande, (AUGEL, 2007, p.92).

A ligação do povo Guineense, principalmente com o africano, entre o palpável e o impalpável, o natural e o sobrenatural mostram exatamente como são preservadas as religiões tradicionais. Com tudo, foram forçados a praticar outras religiões estrangeiras, e nem por isso deixaram de ter como seu principal culto, a comunicação com os seus ancestrais, pedindo proteção às famílias e entregando as suas vidas na guarda destes. Os restantes 8% dos cristãos são, em sua maioria, praticantes duplicados, o que quer dizer que são cristãos aos domingos e praticante da religião tradicional durante a semana.

Conforme Augel (2007), as sociedades agrárias guineenses são constituídas etnicamente, isto é, o princípio determinante da organização interna é o parentesco. O culto aos antepassados assume, por isso mesmo, um papel proeminente na cultura religiosa. As principais etnias que praticam a religião tradicional africano são: Balanta, a Pepel, a Mancanha, a Mandjaca, a Felupe e a Bijagós; ninguém consegue transformar a ideologia radical religiosa dessas assinaladas pelo autor. Embora haja diferenças entre

elas, há uma base comum que é, além da crença em um Deus onipotente e criador, o culto aos ancestrais, a crença na reencarnação e nas forças da natureza. Como Deus está muito longe dos mortais, é necessária uma intermediação, e as forças espirituais que exercem essa ponte entre o divino e o humano são os Irans.

Irã ou Iran é um termo guineense derivado de erande, empréstimo da língua dos Bijagó, e tem o significado de espírito inferior a Deus, isto é, encerra um sentido profundo de respeito ao supremo ser divino e que não entra em choque com a dimensão monoteísta das grandes religiões. O termo cobre todos os seres e símbolos da religião tradicional africano-guineense. (AUGEL, 2007. p.94 ).

Apesar de não ser certamente o único motivo, o uso do termo redutivo “irã” tem influenciado na capacidade de os cristãos e muçulmanos dialogarem com o mundo da religião tradicional africana e de perceberem todas as suas distinções entre Deus e as categorias dos antepassados e dos outros espíritos, (AUGEL,2007. p. 94).

Para Augel (2007), as autoridades espirituais são, conseqüentemente, de maior importância e gozam de grande prestígio. Em destaque o Djambakus e o Balobero (Baloberu) que, religiosamente, são tidos como pessoas intermediárias que permitem uma ligação e interpretam a vontade dos espíritos. O Djambakus (também Djambacós ou Djambakós) seria mais uma espécie de curandeiro e adivinho, considerado um homem sábio e bom conselheiro, que sabe diagnosticar a origem dos problemas, mas também das enfermidades; tem capacidade de tratá-las e também de desviar feitiços e maus-olhado; nem sempre, e em certos casos, muitas vezes, alguns tornam-se incapazes de desviar e curar essas enfermidades inventando outra situação, alegando ser uma pessoa da família ou vizinho que a pus acabando, assim, por criar uma intriga dentro da família ou entre vizinhos. É muito frequente a consulta ao Djambakus para um tratamento de saúde; e, o emprego de ervas e outros mezinhas (medicamentos) atestam, muitas vezes, grandes conhecimentos da medicina tradicional e dos segredos da arte de curar. Alguns se especializam em certos males, por exemplo, podem ser famosos por terem sucessos no tratamento de fraturas ou outros problemas ortopédicos.

Esse assunto está sendo misturado pelo autor, um Djambakós, com certeza, pode ser curandeiro, mas não significa que todos Djambakós são curandeiros. Curandeiro é uma pessoa que tem um conhecimento claro de medicamentos tradicionais e sabe aplicá-los, e pode ainda, ser uma pessoa comum, do povo. A diferença entre um Djambakós e

um curandeiro, é que o primeiro pode ser também um curandeiro e sempre porta uma bolsinha, quando tem conhecimentos de remédios tradicionais, enquanto que um simples curandeiro não a porta, sem contar eu, para tornar-se um Djambakós há que se fazer uma cerimônia onde se permite a ele se tornar realmente um curandeiro, e será ensinada a ele, todavia, uma técnica onde receberá também essa bolsinha que, para alguns, sem isto, deixa praticamente de ser um curandeiro verdadeiro, devido ao exercício desta prática não ter uma comprovação válida, tanto científica como tradicionalmente, pelas populações. Somente depois de realizada tal cerimônia é que este curandeiro Djambakós terá bolsinha embaixo do ombro para poder esconder as coisas que ele supostamente tira no momento da cura ou atendimento a pacientes, (AUGEL, 2007).

Augel (2007), mostrando a diferença de *status* em que vivem os Djambakus e curandeiros e outros especialistas populares de saúde física e espiritual na Guiné-Bissau, e com o Sangomas da África do Sul, diz que na Guiné-Bissau esses especialistas não têm nenhum *status* oficialmente reconhecido. Pelo contrário, apesar de serem, até hoje, muito bem procurados pela população, são vistos como representantes de um sistema dos antepassados que não tem uma comprovação científica, e trata-se de uma prática tradicional com um ensaio de especialização de engano, operando ao lado da medicina moderna que, mesmo sendo muito deficiente e ausente, arvora-se a manter o monopólio da arte de curar, (AUGEL, 2007).

O que aconteceu na África do Sul, como bem sabemos as realidades de dois países são diferentes, e as práticas religiosas tradicionais africanas são da mesma maneira muito diferentes em cada região ou até as étnicas, grupos, aldeias e países. As vezes, as coisas se parecem, mas não são iguais, por que o que acontece é que os curandeiros ou Djambacus, na Guiné-Bissau, na maioria deles, não fazem os trabalhos com clareza e acabam, às vezes, colocando as pessoas em intrigas. Este fato é conhecido pela grande parte das pessoas, as vezes conhecimento sobre este fato exige o envolvimento nas coisas tradicionais por exemplo: ser circonssigado ou pertencer uma das etnias mais praticadora desse costume, e posso afirmar que a falta da clareza desta prática é uma das características evidente para a maioria, não a todos, e essa pode ser uma das razões de não haver ainda um estatuto aprovado pelo governo, que regule esta matéria.

- **Antecedentes Históricos: Guiné-Bissau Pré-Colonial**

A África, antes da chegada dos europeus, já se encontrava bem organizada e administrada pelos reis, em diferentes reinos e impérios. Com territórios bem limitados e com estratégia de guerra bem organizada, com guerreiros de tantos poderes e forças, que denotava disciplina e respeito total aos seus reinos. Alguns desapareciam e foram conquistados pelos outros reinos; foi exatamente o que aconteceu com o famoso e vasto Império de Mali, onde fazia parte a atual Guiné-Bissau.

Para Carlos Lopes (2012), o país, geograficamente conhecido como atual Guiné-Bissau, localizado entre o Senegal e a Guiné Conakry, na África Ocidental, fazia parte do que integra o reino de Mandinga de Kaabú que, historicamente, quase se confunde com um dos reinos mandingas, etnia muçulmana, vinda do alto de Níger, que durou setecentos anos, que começou com o vasto Império de Mali, fundado pelo famoso guerreiro Mandinga Sundiata Keita, no século XIII.

A sua capital se localizava exatamente no interior da atual Guiné-Bissau, Kaabú. Com o transcorrer do tempo se transtornou, por si só, num Império, com uma autoridade política que se alastrava para o norte e para o leste, até a região de Casamance (a região que se acha no limite entre Guiné-Bissau e Senegal, os dois países disputam esse território, e um grupo de rebeldes que se designava rebeldes de Casamance), e mais ao norte até Gâmbia; a influência também se estendeu ao sul, para partes da moderna Guiné-Conakry. Kaabú desintegrou-se na segunda metade do século XIX em decorrência de uma crise política doméstica e da crescente pressão externa de potenciais colônias europeias, aspirantes franceses na região de Casamance no Senegal e na Guiné-Conakry, os britânicos em Gâmbia e os portugueses na Guiné-Bissau. Assim, estes quatro países têm um vínculo histórico cultural bem ligados entre si, (LOPES, 2012).

- **Declínios Dos Reinos Da Guiné-Bissau E O Impacto Do Tráfico De Escravos**

A escravidão e o tráfico são alguns fenômenos históricos que nos ajudam a entender as transformações históricas da região da atual Guiné-Bissau.

Segundo Carlos Lopes (1995), este fenômeno deixou raízes densas, bem como estigmas que se delongam e obscurecem até hoje os africanos que não conseguem apagar estas cicatrizes. A escravidão inspirou-se nas bulas papais “*Dum Diversas*” de 1452 e “*Romanus Pontifex*” de 1455, que deram o direito aos Reis de Portugal de despojar e escravizar eternamente os maometanos, pagãos e povos pretos, em geral. Para o autor, a “*Dum Diversas*” estipula claramente o direito de invadir, conquistar, expulsar e travar lutas aos infiéis e aos inimigos de Cristo, onde quer que eles se encontrem.

Daí a intervenção divina de que terra não cristianizada, ou que pertencesse ao não cristão, era terra de ninguém; ia a um passo que os missionários não se acanhavam em promulgar, com o princípio da “terra nullius”. No fundo, apenas mais uma aplicação da missão “Dominador (Dominus)” imposta a quem não era reconhecida a existência política, (LOPES, 1995).

De acordo com Augel (2007), nos primitivos momentos da estadia dos navegadores portugueses, a mão de obra era mais importante. Portanto, o escravo era o bem mais valioso ao alcance dos navegadores, enquanto não descobrissem os caminhos para o metal amarelo, e era pelos escravos que os portugueses desciam nas praias africanas. Baseando-se em Costa e Silva, aquela autora lembra a crônica da descoberta e conquista da Guiné, de Eanes Gomes Zurara (1841), que transformara essas viagens em “feitos da honra e coragem”, e até lhes empresta bandeira de cruzada, quando o motivo principal teria sido “a preia de escravos, e nas quais as maiores façanhas eram a caça à gente desprevenida ou fracamente armada” (AUGEL, 2007).

Narrando sobre os processos históricos do tráfico, Augel (2007) escreve que o Império de Kaabú, mais tarde, ultrapassou o Império de Mali em importância, pois o eixo de atração econômica da África Ocidental se deslocou cada vez mais em direção ao litoral e, de imediato, os portugueses perceberam que era mais vantajoso negociar diretamente com a família real de Kaabú do que Mali, porque Mali já não oferecia a importância que o outro oferecia. As relações entre D. João II (1481-1495), e os demais reis que o sucederam, e os chefes africanos regionais, atestaram a importância daquele reino, sendo

o monarca de Kaabú o maior vendedor de escravos daquela parte do mundo, (AUGEL, 2007).

Já que o Império oferecia condição boa para tal prática, Portugal se limitou por muito, quase exclusivamente a se servir da região como ponto de apoio para o comércio escravagista ao longo da costa ocidental africana, vendo-a como um Império comercial e não como a colônia de assentamento própria para a agricultura, como o foram Angola e Moçambique. No século XVI, foram instaladas algumas feitorias ao longo do curso do rio de São Domingos e do Rio Grande. Com as sucessivas viagens de navegadores portugueses na área, no final do século, criou-se a companhia de Cacheu e de Cabo Verde, tendo como objetivo principal o tráfico de escravos. No século XVII, os contatos entre os reinos de Kaabú e os entrepostos comerciais portugueses de Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim eram regulares. (AUGEL, 2007. p. 53).

Para Augel, (2007), baseando-se em Mendy e Pélissier, no final do século XVI, em pleno, o crescente florescimento do comércio escravagista contribuiu decisivamente para a separação dos reinos do Oeste africano, o que facilitou a ação dos colonialistas portugueses. Esses introduziram novos produtos, tornando o comércio mais lucrativo, e conseguiram, com isso, incrementar desavenças e rivalidades étnicas. Entretanto, quando se observa o desenvolvimento histórico da região, constata-se que o impacto da administração colonial, com seus efeitos desagregadores, só se deu, de fato, a partir do século XIX e início do XX, e necessitou de uma acentuada presença militar como apoio ao colonialismo sistemático para poder impor-se pela força violenta da repressão. Com enfraquecimento do tráfico escravagista e a diminuição do comércio triangular entre a África, a Europa e as Américas, Portugal passou a dedicar-se com afinco à conquista territorial preocupando-se, também, para que os entrepostos comerciais fossem cada vez mais numerosos e ativos.

- **Guiné: Colonial E Resistências (1885-1973)**

Leila Leite Hernandes (2008) escreve que, no fim do Século XIX, a África viu-se assistida por uma guerra de interesses entre as potências europeias. A conferência de Berlim foi feita (1885) em torno da discussão sobre a África, principalmente pela rivalidade da bacia de Rio de Congo. As potências europeias se reúnem sem a presença de nenhum representante africano, assim, saiu uma decisão de divisão e ocupação da

África e a liberação de livre comércio na bacia do Rio de Congo. As fronteiras foram definidas e as ocupações tornaram-se efetivas, as colônias deveriam ser ocupadas militarmente; as coisas pioraram para os africanos. Em resumo, é muito difícil discordar que a Europa tem uma grande dívida com a África pela escravidão no Atlântico, pela partilha do continente e pelo violento colonialismo e suas heranças, que constituíam obstáculos para a construção de uma longa estrada de embate à difícil situação e às extremas desigualdades, assim como de enfrentamento dos vários conflitos presentes no continente.

Para Hernandes, Portugal, sem dúvida, foi para corrida com o seu frustrado interesse da conquista do “mapa cor-de-rosa”, anunciado em Outubro de 1883 e materializado em 1886. Esse projeto pressupunha a ligação de Angola à Moçambique, do Atlântico até o Índico, abrangendo quase todo território das atuais Zâmbia e o Zimbábue numa só província, a “Anglo-moçambicana”. Acresça-se aí o fato de ter sido Portugal o último país a ser convidado para a Conferência Geográfica de Bruxelas, o que melindrou e alarmou, sobremaneira, os portugueses interessados na África, (HERNANDES, 2008).

Em conformidade com Augel (2007), a Guiné-Bissau fez parte do vasto império marítimo português. Como Angola, Moçambique, o arquipélago de Cabo Verde e as ilhas de São Tomé e Príncipe, a experiência dessa longa dominação colonial e da luta anticolonial, está presente na memória coletiva e, mesmo para a grande parte da população, na memória individual dos guineenses.

As confrontações armadas e sangrentas que se constataram entre os africanos e os portugueses desde o início da presença lusitana no território, estão fortemente documentadas. E, apesar de ter-se observado, também, colaboração com o invasor, a hostilidade contra as reivindicações do estrangeiro a exercer “direitos exclusivos” foi por parte de todas as etnias, mas tem-se notado mais a presença de uma etnia chamada fula, que nos primeiros momentos se ofereceram, voluntariamente, a colaborar com os portugueses, alegando que o adversário tinha uma superioridade material e militar”. Contavam, todavia, com os cabo-verdianos que se transformavam em funcionários coloniais e passavam a exercer um enorme poder para castigar todos os indígenas que não respeitavam ou não obedeciam o recrutamento forçado de trabalho gratuito para a construção e manutenção de estradas, pontes, edifícios do governo e residências, escolas e hospitais. À disposição deles estava uma força cruel paramilitar, conhecida como cipais,

que prendiam e administravam as punições, e aterrorizavam a população rural, em geral, (AUGEL, 2007).

Durante um vasto período (a partir do século XV até, sobretudo, na metade do século XIX), foram os portugueses que pagaram tributos e outras taxas aos monarcas locais, inclusive uma taxa de residência.

Os Pepelos (Papel), habitantes da região de Bissau recusaram, sempre, qualquer submissão, não se tendo considerado nunca súditos do regime invasor. Os esforços e sacrifícios enfrentados pelos colonizadores para realizar a posse do território foram imensos e, na memória coletiva dos portugueses, são interpretados como heroicos e justificados (LOPES, 2007).

Quando Faustino Duarte, funcionário do Estado português, romancista de repercussão em sua época, refere-se a Guiné, retrata-a como a terra temida entre todas as outras, mal afamada, o inferno de África, só boa para degredados, (AUGEL, 2007.p.56).

Contudo, “seria uma distorção da história dar impressão de que a resposta dos africanos à intromissão dos portugueses seria, em toda parte, de firme oposição”. Paralelamente à tradição de resistência, coexistiu a tradição da colaboração. E, desde os primeiros tempos houve ambos os lados da medalha: a hostilidade e a hospitalidade, a reação e a submissão, o compromisso e a revolta, (AUGEL, 2007).

Afirma Carlos Lopes (1987), que as repressões violentas impostas pelos europeus para conter aos africanos foi o mesmo em todos os regimes coloniais, vistos sempre como inferiores, e não civilizados, tratados com falta de respeito, brutalidade e violação aos direitos humanos básicos. O regulamento de trabalho dos “indígenas” era severo e cruel, estando-se dispostos a todo custo a “castigar o gentio rebelde”; também a cobrança de tributos e impostos era exorbitante e arbitrária, os africanos sendo, sistematicamente, cada vez mais excluídos de suas prerrogativas políticas, sociais e econômicas, e tudo isso em nome da “missão civilizadora. É importante ressaltar que em outras colônias africanas se verificou, por exemplo, em colônias britânicas, Joseph Chamberlain, o secretário da colônia, afirmar, em 1895, que não se podia ‘fazer uma omelete sem quebrar ovos’, também o governador francês da Costa de Marfim, Louis-Gabriel Agoulvant, fazia uma declaração mais cruel em 1908, que dizia ser impossível evitar, e até ser prazível ver alguns indígenas mortos.

Como afirma Elikia, M`bokolo (2007), durante muito tempo, os historiadores do período colonial interessaram-se, principalmente, pelo sistema administrativo, econômico e social criado pelos europeus e, eventualmente, pelas suas consequências sobre os africanos. Vê-se, por outro lado, que a história colonial é, antes de mais nada, a da notável continuidade de uma tradição, a resistência dos povos e as usurpações e as lógicas estatais de invasão, de dominação e de exploração, que se repetiam desde há séculos. Entretanto, a colonização se multiplicou numa escala sem precedentes. Perante este fenômeno, os africanos deram mostras para contestar esse sistema, que variavam desde a recusa individual até aos motins regionais, desde reação imediata a um dos efeitos da colonização até a vontade profunda de mudar esta condição. A resistência era ou ativa, local ou alargada, e eclodia em meio rural ou urbana, assumia formas antigas ou modernas, e colocavam-se no terreno econômico, social e político, sem excluir o religioso.

Para M`bokolo (2007), as resistências populares tradicionais caracterizavam-se com ações praticamente isoladas e se verificavam mais na segunda fase.

As resistências passivas são recursos do sistema pela passividade ou fuga, foi a primeira forma de resistência, que permitiu a não submeterem-se às leis dos colonizadores, também na recusa de pagar impostos, de trabalhar como carregadores ou produzirem as culturas obrigatórias. A aldeia finge ignorar a presença dos colonizadores, evita os africanos a se confrontarem com os europeus no campo da batalha, onde acaba por ser vencida, devido à falta de materiais, (M`BOKOLO, 2007).

A resistência imediata é uma resistência ativa, que tinha como escalão a revolta espontânea, colérica, de reduzida envergadura. Tal como a resistência passiva, trata-se também, de movimentos epidêmicos, recusa de uma das consequências da colonização mais do que da colonização propriamente dita, resistência desorganizada em que o grupo age mais por contágio, oportunidade, solidariedade, do que por estratégia, com um objetivo imediato e palpável, sem profundidade, de campo, sem ideologia nem conteúdo político explícito, sem uma real consciência do alcance da ação empreendida.

A repressão dos europeus perante as resistências populares, nomeadamente quando assumiu um aspecto ativo, teve que desencadear uma repressão sangrenta: mobilização de tropas, envio de comandos às aldeias, uma vez por outra radiarees aéreos

destinados a aterrorizar as populações, cercos de zonas, incêndios de campos e de aldeias, caça ao homem, execução de insurretos a quem se cortavam as cabeças para exibir em público, deportação de legiões de prisioneiros, (M'BOKOLO, 2007).

Para M'bokolo (2007), a resistência dos africanos em torno da religião, tanto tradicional como cristã, é vista como espetacular, porque os africanos conseguiram transformar a religião que os europeus trouxeram para África, a arma do colonizador virou-se contra ele. Se o cristianismo advogava a igualdade entre os homens, a necessidade de uma verdadeira fraternidade, baseada no fato de que Deus não fazia nenhuma distinção entre eles, ora, ao mesmo tempo, a colonização apoiava-se numa flagrante desigualdade e era justificada no avanço a uma pretensa superioridade da raça branca.

Assim sendo, a integração profunda dos valores e da mensagem do cristianismo deveria, necessariamente, levar os africanos a constatarem uma dicotomia, constatação essa que se traduziu inicialmente por uma rejeição religiosa dos europeus, então considerados como maus cristãos. E, os missionários africanos pegaram a bíblia cristã e a transformaram em palavras de deuses africanos, o que nunca deixou de ser impressionante, (M'BOKOLO, 2007).

A historiografia africana tem tendência a conferir um grande lugar aos intelectuais, em geral a alguns homens em particular, atribuindo-lhes um papel demasiado importante na marcha para independência, omitindo a função única e insubstituível dos povos, sem os quais nada teria acontecido. As chamadas elites modernas têm, também, um importante peso na resistência à colonização e, seguidamente, no combate a favor da independência. É, porém, evidente, que as suas contribuições não foram desprezíveis, nomeadamente na tomada da consciência dos desafios em causa, no contributo em termos de ideologias e da passagem da luta contra o colonizador, a luta pela liberdade, (M'BOKOLO, 2007).

De acordo com Terence O. Ranger (1969), existe um conjunto de pesquisas feitas durante essas duas décadas, são sérios detalhes eruditos que revelam três postuladas doutrinas, mostrando as suas verdadeiras essências. Em primeiro lugar, afirmou-se que a resistência africana era importante, já que provava que os africanos nunca se haviam resignado à “pacificação” europeia. Em segundo lugar, sugeriu-se que, longe de

desesperada ou ilógica, essa resistência era, muitas vezes, movida por ideologias racionais e inovadoras. Por fim, em terceiro, argumentou-se que os movimentos da resistência não eram insignificantes; pelo contrário, tiveram consequências importantes em seu tempo, e têm, ainda hoje, notável ressonância.

O autor Augel (2007), afirma que o período de 1913 a 1915 foi marcado por um recrudescimento da “pacificação”, levada a efeito com invulgar violência pelo comandante Teixeira Pinto, nome ainda hoje gravado na memória popular. A ilha de Bissau e a área que hoje constitui a capital guineense estavam firmes nas mãos da etnia dos Pepeis que fizeram hostilização acirrada até 1915, quando foram vencidos. O mesmo ano marca o término dessa campanha de pacificação, que ficou marcada com a captura e desafio de regulo de pepel de Bissau (atual cidade de Guiné-Bissau) que, durante a interrogatória, teria dito ao conquistador, o capitão João Teixeira Pinto, que odiava os brancos e nunca se renderia, e que, se viesse a morrer e no outro mundo encontrasse brancos, declararia guerra contra eles. Perante essa declaração desafiadora, o capitão de imediato a condenou à morte. De acordo com relato de um advogado cabo-verdiano, Loff de Vasconcelos, amarraram e mutilaram-no, arrancaram seus olhos e inteiraram-no vivo, a sua grávida também foi morta com um tiro.

Esses são fatos que testemunha o imutável costume dessa etnia, conheço e pertencço, nunca aceitam a se entregar ao invasor, e muito menos quando se fala à frente da sua mulher; prefere a morte em gloria o seu valentíssimo do que ser considerado covarde.

Continua afirmando Augel (2007), que os cronistas da época atestam o regulo e a valente altivez dos soberanos Pepeis. A localização geográfica desse grupo étnico, como a dos Mandjacos, ao longo da costa, deu lhes possibilidades de negociação com os portugueses, tendo seus reinados acumulado grandes riquezas e poder, mudando diversas vezes de estratégia, ora colaborando com o invasor e permitindo que estes edificassem forte em Bissau, ora hostilizando-os, restringindo-lhes o raio de ação a essa única cidadela fortificada e exigindo-lhes o pagamento de tributos.

Ainda o autor, baseando-se em Mendy, registra comentários dos cronistas da época: “nenhum respeito, (“nenhum temor” pelos portugueses aos quais era permitido “arvorar as bandeiras de vossa majestade” somente porque pagavam tributos ao “Rei

negro”, que era quem, de fato, fazia a lei na povoação, resolvia as disputas e impunha multas, enquanto o governador português era um “mero espectador”), (MENDY, Apud AUGEL, 2007, p.58).

A radicalidade dos Reis ou régulos papeis, os primeiros habitantes da atual cidade de Bissau, nunca temiam e nem tinham um mínimo de respeito aos colonizadores, aliás, odiavam os brancos e, muitas vezes, declaravam claramente esse ódio a eles, nos primeiros momentos até cobravam os atributos, e eles pagavam aos Reis ou régulos negros papeis, que fazia a lei na povoação, resolviam problemas e impunha multas, enquanto os colonizados permaneciam como espectadores, e nem gozavam nenhum direito, a não ser o de arvorar as bandeiras deles.

De acordo com Augel (2007), a capital da metrópole portuguesa tinha uma ligação direta com as províncias ultramarinas e isolada do resto do mundo. Em 1930, Antônio de Oliveira Salazar, quando era ministro das colônias, idealizou aquilo que se chama de ato colonial, ou seja, consolidar um colonialismo centralizador, seguindo a convicção de que as colônias existiam em função do enriquecimento da grande burguesia metropolitana. A partir de 1940, Bissau transformou-se na capital, substituindo Bolama que, na época, se encontrava em franca decadência. A nova capital teve um surto de desenvolvimento e de modernização urbanística, ficou conhecida como a mais bonita cidade do império português ultramarino. Em 1951, a então colônia tornou-se Província Portuguesa de Ultramar.

O estatuto dos assimilados era empregado, em prática, com muita rigidez, diferenciava e discriminava aqueles que eram analfabetos (que não sabem ler, escrever e nem falar português, assim também, o crioulo). Os civilizados eram aqueles que falavam minimamente o português ou, pelo menos, o crioulo, e tinha adquirido hábitos urbanos e tinham uma escolarização.

Reinava a insatisfação na cara dos guineenses acerca de aparente consolidação do poder colonizador, o que não passava despercebido, e foram em vão as tentativas de aliciar o povo a partir de benefícios a alguns régulos e de certo afrouxamento da severidade dos governadores e, concomitantemente, o alastramento dos tentáculos repressivos da polícia secreta, a famigerada PIDE ( Polícia Internacional e de Defesa do Estado); a maioria dos elementos que faziam parte dessas polícias são guineenses que

decidiram colaborar com os colonizadores, culminando com a iniciativa já improdutivo de uma ação que visava, face aos fracassos militares, aliciar a população, abrandando (aparentemente) a repressão, libertando presos políticos, tentando de todo modo fazer frente ao Partido africano para independência de Guiné e Cabo Verde ‘PAIGC’, (o partido da libertação) na época clandestino. O clima para a reação anticolonial organizada tornava-se cada vez mais propício, (AUGEL, 2007, p.59).

Segundo Augel (2007), os portugueses sentiram pressão de que, na verdade, as revoltas feitas pelo PAIGC estavam se tornando cada vez mais séria. O General Antônio de Spínola, Governador e comandante Chefe das Forças Armadas da Guiné, de março de 1968 a setembro de 1973, conseguiu a execução do referido programa “por uma Guiné melhor”, ou simplesmente “Guiné melhor”, uma campanha psicológica “combatendo ideias”, na convicção de que a salvação da soberania portuguesa em Ultramar não seria empreendimento das Forças Armadas, mas se daria, sobretudo, a partir do fomento econômico e social e pela promoção cultural das populações, na tentativa de tentar convencer as populações; só que era tarde, por tudo aquilo que tinha feito com o povo guineense.

Na opinião de Augel, baseando-se em Fernando Delfin da Silva (2003), político Guineense que ocupou várias pastas ministeriais, em livro recente sobre o período pós-independência, carregado pela emocionalidade participativa de testemunha ocular da história, faz uma análise alargada dos últimos anos antes da descolonização, destacando o papel fundamental que o jovem compositor e poeta José Carlos Schwarz e o seu grupo musical e cultural Cobiana Djazz teriam desempenhado nessa fase crucial das agonias do colonialismo português, confrontando sua liderança revolucionária com o spinolismo que, pelo chamariz do projeto ‘Guiné melhor’, tentava ainda ganhar a causa colonial, perdida militarmente. Fundado em finais de 1971, “na maré alta do spinolismo” era intenção do grupo Cobiana Djazz tornar-se uma associação cultural e política ‘onde o papel do agrupamento musical emergente seria nuclear, mas, não exclusivo, (AUGEL, 2007, p.59).

Foi, pois, a convicção de que não mais era possível uma vitória militar ante as massivas revoltas das populações das colônias ultramarinas que levou o governo português à necessidade de reformular a constituição política do império, ao reconhecimento da necessidade da participação das populações e da Africanização dos quadros políticos e administrativos. O poder colonial passou a realizar uma série de manobras contra subversivas com objetivo de

proteger e fortalecer as estruturas políticas e sociais coloniais e impedir que a reação anticolonialista tivesse êxito, (AUGEL, 2007, p.60).

Para Augel (2007), a estratégia escolhida foi apoiada por uma maciça ‘ação psicológica’, uma boa e estruturada campanha de contrapropaganda para aliciar as populações e neocentralizar e, se fosse possível, anular a influência da guerrilha comandada pelo PAIGC. Entre as muitas medidas de contrapropaganda, opondo-se ao trabalho clandestino e no seio da população por parte dos revolucionários, estavam a publicação de revistas e jornais, como o “Panorama da Guiné” e “Voz da Guiné”, e a difusão de programas radiofônicos, tanto em português, como em línguas nativas, e até em francês, com a intenção de divulgar e popularizar a política governamental, contradizer a propaganda de PAIGC, fomentar a deserção e contestação dentro daquele partido libertário. As ações empreendidas, tanto internas como externamente, no campo social, político, militar e psicológico chegaram tarde demais e se mostraram impotentes face às investidas do movimento anticolonialista liderado por Amílcar Cabral.

Enquanto os revolucionários do PAIGC faziam tudo para o bem do povo guineense, haviam outros que já se entregavam aos colonizadores, assumindo claramente inferioridade materiais e militar, reconhecendo os atos dos europeus. Entre estes últimos, havia um grupo de etnia chamada “Os fulas”, que desde história da luta de libertação até hoje têm uma reputação de ter sido condescendente com o regime colonial português. Durante a guerra colonial, Portugal recrutou, sobretudo, entre eles, os “comandos africanos”, temidos por sua crueldade na luta contra a guerrilha anticolonial.

Conforme Augel (2007), de 1850 há cerca de 1915, fala-se de um período caracterizado pelo paralelismo de dois espaços de jurisdição (os povoamentos africanos e os centros comerciais e residenciais do colonizador), sem deixar de haver o pagamento dos referidos atributos.

Corre a crença que o nome da etnia (papel), estaria mesmo ligado ao relacionamento difícil com o colonizador. Conta-se que os habitantes da ilha de Bissau, muito rebeldes, nunca quiseram pagar os impostos impingidos pelos colonizadores e, sempre que recebiam a notificação de pagamento, levavam o “papel” diretamente ao “posto”, reclamando serem eles os donos do chão e, que, por isso, não iriam pagar nada. Assim, sempre que os homens apareciam, os brancos exclamavam: “aí vem os homens

do papel”. E o nome ficou. Os guineenses usam a forma ‘papel’, enquanto os portugueses parecem preferir o papel, (AUGEL, 2007).

Em todas as colônias em que Portugal teve a África, a Guiné-Bissau foi aquela que mais deu trabalho, as populações rejeitavam bruscamente pagar os impostos e fizeram muitas resistências contra os coloniais.

Na colônia da Guiné-Bissau nunca faltou resistência, só que ela nunca foi esclarecida devido à falta de conhecimento sobre direitos. Para quem condenava essa exploração e, às vezes, nem entendia a língua dos colonizadores, com a volta de Amílcar Cabral, passaram a ter uma visão cientificamente esclarecedora sobre os direitos e sobre quem condena essa atitude. Assim as resistências passaram a assumir outros caracteres, com um fim determinado, o que não tinham momentos antes da chegada de Amílcar Cabral, (AUGEL, 2007).

O que Elikia M, Bokolo (2007), chama de espetacular, é aquilo que os africanos pegaram, o que os colonizadores levaram como meios de civilização e transformaram como meios das resistências, como a religião, escola, etc. Foi exatamente o que aconteceu na Guiné-Bissau com Amílcar Cabral, ele estudou em Portugal, obteve conhecimentos sobre as organizações que condena a violação de direitos humanos, entende português e, quando voltou para Guiné, deu à resistência Guineenses uma postura determinante, influenciando muitos jovens, e mudaram a forma da resistência; onde se ouvia vozes dizendo “queremos a liberdade a nossa nação”, o que nunca aconteceu antes da chegada dele.

Chegamos ao fim deste capítulo. Em seguida abordaremos e destacaremos no segundo capítulo deste trabalho assuntos muito importantes para a independência da Guiné-Bissau e a crise de sua primeira República.

## **CAPÍTULO II – LUTA DA LIBERTAÇÃO E A CRISE POLÍTICA EM GUNIÉ – BISSAU**

Neste capítulo trataremos de dois assuntos de suma importância; o primeiro será exatamente a luta pela independência; mostraremos como o PAIGC e seus intelectuais contribuíram para que essa ideologia se tornasse uma realidade, e como convenceram os camponeses a aderirem a luta da libertação pela independência. No segundo assunto, falaremos sobre a crise política da Guiné-Bissau, mostrando os sucessivos falhanços cometidos pelos governantes Guineenses.

- **A Luta Pela Independência**

De acordo com Augel (2007), o clima de insatisfação geral abalava toda África, fez vibrar, também, nas colônias portuguesas a náusea pela liberdade na década de cinquenta, do século XX. Embora numericamente sejam poucos, pois a metrópole não foi liberal em proporcionar aos seus submetidos de além-mar a oportunidade de formação acadêmica, estudantes africanos de colônias portuguesas reuniam-se na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, onde liam livros e notícias vindas da França, e as ideias de libertar seus países cresciam cada vez mais de uma forma escondida (não tinham um lugar certo) ou clandestina. Entre esses estudantes, destacavam-se Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade, ambos de Angola; Eduardo Mondlane e Samora Machel de Moçambique; e, Amílcar Cabral, nascido na Guiné, criado em Cabo Verde, ligado estreitamente a ambas as colônias, o líder máximo e mentor da resistência guineense e cabo-verdiana. Cabral, dirigente intelectual, militar e político da luta da libertação, foi admirado e aplaudido internacionalmente como teórico revolucionário, chefe militar e estadista.

Para Hernandes (2005), a volta do agrônomo Amílcar Cabral em 1953 em Guiné portuguesa, mudou muitas coisas, quer na forma da resistência, quer quando passou a reunir-se com integrantes do movimento da independência nacional da Guiné, que tinha, sobretudo, uma dimensão educadora, a de preparar teoricamente seus integrantes, intelectuais locais e pequeno número de artesãos e operários, convivência de trabalho de Amílcar Cabral, na estação Agrícola de Pessubé. Este movimento esteve na base da fundação do Clube Desportivo e Cultural para educar civicamente os jovens. Na verdade, a intenção do líder não só residia em educação cívica, mas também trabalhar uma forma

de agregar as pessoas e começar uma campanha clandestina de capacitar tantos camponeses quanto fossem necessários, assim, também, como os trabalhadores em geral, sensibilizando-os para a necessária mudança das justças da ordem social imposta pela metrópole. Não tardou em levantar desconfiança, por se tratar de um clube fechado e as pessoas que lá frequentavam serem de diferentes escalões sociais, o que não era comum. A importância do clube foi ter desempenhado as funções pedagógico-políticas de conscientizar os seus integrantes das necessidades de amplas ações coletivas.

Em 1956 Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Carvalho e Elisée Turpin (um único e verdadeiro Guineense sem a mestiçagem) fundaram (PAIGC), tendo como divisa “Unidade e Luta”. O partido determinou estatutariamente quatro ações: a) a conquista da independência nacional; b) os objetivos do progresso econômico; c) o desenvolvimento social e cultural; d) a democratização da Guiné e de Cabo Verde. O partido, a partir daquele momento, tornou-se o núcleo e o motor do abalo da independência, com adeptos organizados clandestinamente, tanto na então Guiné Portuguesa como na Guiné Conakry e, em Portugal, começando por atividades políticas de arregimentação e conscientização nos centros urbanos, alastrando-se por todo o território, (HERNANDES, 2008).

Ainda afirma Hernandes (2005), que em 1957, PAIGC contava com o apoio do Partido Comunista Português (PCP); da Frente Revolucionária, como centro coordenador das lutas nacionais nos territórios africanos sob dominação portuguesa; e, a Conferência das Organizações de Libertação das Colônias Portuguesas (CONCP), fundada em 1961, que sucedeu a FRAIN (Frente Revolucionário Africana para a Independência Nacional), para ordenar as “lutas de libertação” das colônias portuguesas contra o imperialismo e o colonialismo. Em 1959 dilataram o plano conjunto formulado pelo PAIGC de acentuar a sua esperteza nas pequenas organizações sindicais, levando o partido à conquista da direção do sindicato nacional da indústria e do comércio.

Consoante Augel (2007), desde o começo, a ideologia libertária do partido envolvia o binacionalismo, desejando tanto a independência da colônia continental como a do insular. A ação militar desenvolveu-se somente em terra da Guiné, mas, contudo, o empenho de Amílcar Cabral ressaltava a união entre os dois ramos do mesmo tronco, união almejadas pelos líderes dos partidos, mas nem sempre aceita pelas bases que viam com maus olhos os cabo-verdianos (chamados de burmedjos, vermelhos, mestiços),

muitos pertencentes à classe de políticos urbanos, mais instruídos, mais próximos às portuguesas, durável motivo para comparações, ciúmes e ressentimentos.

Em 1958, foi designada a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), movimento sindical também oculto que provocou, em 3 de agosto de 1959, uma greve geral de estivadores e marinheiros, trabalhadores do porto do Pindjiguiti, para asseverar contra os baixos salários, tendo sido brutalmente afugentada pelas forças coloniais, (AUGEL, 2007).

Havia muitos motivos para iniciar a luta da libertação, só que o Amílcar Cabral, achava que não eram suficientes. Em 1958, foi criada a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), movimento sindical também clandestino que provocou, em 3 de agosto de 1959, uma greve geral de estivadores e marinheiros, trabalhadores do porto do Pindjiguiti, para protestar contra os baixos salários. Cabral incutiu seus ideais na cabeça dos colegas, e já sabia que a reação dos colonizadores portugueses seria brutal, tendo em conta os atos violentos que havia prevalecido. Foi exatamente o que aconteceu, os trabalhadores foram brutalmente repelidos pelas forças coloniais, cujo massacre ficou conhecido como “o massacre do Pindjiguiti”.

Do massacre do Pindjiguiti até 1961, as atividades dos revolucionários se desenvolveram, sobretudo, no mato, num sistema de guerrilha. O cerco de repressões se apertavam, e crescia o descaramento dos insatisfeitos. Ao romper-se em agosto de 1961, deu-se início, então, à ação direta com sabotagens, cortes de vias de comunicação, desconstruções de instalações, etc.; em 1962, ocorre a agressão pela PIDE a um centro clandestino do PAIGC, em Bissau, seguido de muitas prisões. Em 3 de Janeiro de 1963, depois de alguns anos de preparação, arrebenta a luta armada para libertação do país, nas frentes do Sul e do Leste, a partir de bases militares de guerrilhas na vizinha República de Guiné- Conakry. Meses depois, em Julho, foram abertas frentes de combates ao Norte. A luta armada tornou-se cada vez mais cruenta e desesperada, desenvolvendo-se por onze longos anos em sistema de guerrilha, conquistando, desta forma e, pouco a pouco, quase todo o território guineense, (AUGEL, 2007, p.61).

Em 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado em Conakry, diante da sua residência, sendo substituído pelo Aristides pereira à frente do PAIGC. Os assassinos que são guineenses foram presos, mas os mandatários desse crime nunca

foram descobertos. Longe estava, porém, que um tal golpe emocional e político amortecesse a luta pela libertação nacional. As forças libertadoras proclamaram, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau naquele mesmo ano, em 24 de Setembro de 1973, em um ato festivo na pequena localidade de Lugadjol (ou Lugajol), situada na longínqua e inhóspita região montanhosa Madina de Boé, no Sudeste de país. Somente depois da queda do regime ditatorial português (25 de Abril de 1974), Portugal reconheceu, em 10 de setembro de 1974, a independência da Guiné. No dizer de Carlos Lopes (2012), o aspecto mais espetacular da independência continua a ser a unilateralidade da proclamação, (AUGEL, 2007).

- **A Crise Política E Econômica Em Guiné-Bissau De 1973 - 1980**

Podemos dizer que o que aconteceu na primeira República foi a ignorância. Ignoraram a palavra de Amílcar Cabral, viraram tudo ao contrário; ao invés de servir o povo, era o povo que servia a um pequeno grupo de elite. Por outras palavras, a centralização do poder estava em mãos de um certo número das pessoas, e essas pessoas eram todas cabo-verdianas. Violaram exatamente aquilo que era tido como as palavras de consolação e de esclarecimentos para os lutadores, que eram as de criar condições para aqueles que, antes da luta, tinham os seus trabalhos e que voltariam a exercê-lo; mas, com as condições criadas, foi o que nunca aconteceu depois da morte de Amílcar Cabral. A revolta desses camponeses originou uma crise econômica na primeira República.

De acordo com Julião Soares Sousa (2012), a crise política do ano de 1980, principiou com a independência formal da Guiné-Bissau, em 1974, quando o PAIGC era tido numa lógica de partido/Estado e de um modelo de desenvolvimento estatizado. Em outras palavras, o PAIGC, depois da independência, era o único e legítimo partido para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Também segundo ele, as causas de tantas conturbações e de instabilidade em tão curto espaço de tempo, têm haver com o confronto político-ideológico com aqueles que foram chamados de “inimigos internos e da revolução”, de traidores da pátria, entre os quais pontificavam os ex-comandos africanos, os chefes tradicionais (régulos), membros de antigos movimentos nacionalistas, como a FLING (Frente de Libertação Nacional), eram como braço armado do colonizador para perpetuar o golpe logo nos primeiros

momentos depois da independência, todos quantos, de forma organizada ou individualmente, se opunham ao novo regime. Os choques entre a ideologia que se vinha forjando nas áreas libertadas pelo PAIGC e que agora se queria transferir para centros urbanos e a ideologia predominantemente urbana, ainda não totalmente desgarrada da influência colonial, foram por demais evidentes. O Estado tornou-se praticamente esquizofrênico, pois via inimigos em toda a parte. Tinha-se entrado num ambiente de euforia generalizada, típico de período pós-revolucionários em que, muitas vezes, não se olhava os meios para atingir determinados fins, em nome da Revolução. Tais choques e a fracassada tentativa de politização das massas urbanas por parte das novas autoridades, provocariam fricções e cisões internas com evidentes repercussões no reforço da máquina repressiva. Este reforço não foi, no entanto, suficiente para impedir que frustradas tentativas para tomada do poder por via da violência tivessem tido lugar, cujos protagonistas eram dissidentes do próprio regime, agora aliados aos “ex-comandos africanos”. Os incidentes e perseguições aos ex-comandos do partido africano começaram em Janeiro de 1975, quando estes se concentraram à frente da Embaixada de Portugal em Bissau, com o fito de reclamarem o pagamento de salários e de exigirem informações sobre qual seria o seu futuro no novo quadro político, (SOUSA, 2012).

Estes choques, como são do conhecimento geral, acabaram em fuzilamentos nas matas de Mansabá, Cumere e Portogole. Estima-se que mais de meio milhar de compatriotas pereceram nas mãos da política do regime e dos militares entre 1974 e 1980. Aqueles que conseguiram escapar procuraram refúgio no vizinho Senegal e/ ou em Portugal.

As famílias daqueles que foram fuzilados e aqueles que refugiaram-se no exterior nunca esqueceram este episódio, e procuram sempre vingarem-se; em outras palavras, a vingança em Guiné-Bissau é o que reina. E nada vai bem senão deixarem tudo acabar.

Na opinião de Sousa (2012), não foi só neste aspecto particular que o Estado socializante, que inaugurou a primeira República (1975-1980), falhou. No domínio económico, apesar das nacionalizações efetuadas, o novo poder também vai falhar na sua tentativa de conversão da agricultura e na instalação de unidades industriais ligadas ao setor primário. Por detrás deste falhanço, podemos assinalar, em primeiro lugar, os insignificantes e insuficientes incentivos à agricultura, cujo os resultados imediatos

poderiam ter contribuído para a fixação dos camponeses às suas terras, numa altura em que eram dispensáveis a uma economia em fase de transição.

Em segundo lugar, a escassez das chuvas, os consequentes maus anos agrícolas e a adoção de uma política em tudo semelhante à anterior praticada pelo colonizador (baixo preço dos produtos e a desvalorização da moeda), também vieram contribuir os falhanços das políticas agrícolas assentadas durante a I República. Em terceiro lugar e ligado ao segundo aspecto, o elevado custo da monopolização e das importações e exportações por parte do Estado, na tentativa de tirar dividendos, cuja as consequências conduziram a pronta reação dos camponeses, que começaram a comercializar os produtos que muita falta fazia à nascente indústria nacional nos países vizinhos; e, o abandono, pura e simplesmente, dos campos para fixarem-se nos grandes centros urbanos, (SOUSA, 2012). Os camponeses abandonaram os campos, porque estavam cansados de ver a não ser concretizada as palavras de Amílcar Cabral, que prometia uma melhoria das condições.

A opção pela abdicação dos campos teria reflexos imediatos na célula da estrutura produtiva nacional, que é a família e a tabanca (aldeia), as mais importantes unidades de produção, e também na queda acentuada na produção agrícola entre 1979 e 1980, (SOUSA, 2012).

Em quarto e último lugar está, também, a questão da mentalidade. A maioria dos nossos camponeses, arreigados ainda de modo profundo a uma economia de subsistência, estava ainda longe de poder corresponder à demanda e à expansão do mercado consumidor em franco crescimento, bem como as solicitações das novas autoridades na sua ambição de dotarem o país de unidades industriais ligadas ao setor privado.

Nesse sentido, o falhanço das prometidas reformas acabou por arrastar o processo da industrialização que se estava a iniciar. Assim aconteceu a desistência do complexo Agroindustrial de Cumeré, com a fábrica de compotas de Bolama e com muitas pequenas e médias unidades industriais, (SOUSA, 2012).

Sousa (2012), defende que a exclusiva justiça deveria ser feita a nossa primeira República. Devemos dizer, claramente, que muitos projetos não avançaram durante a administração de Luís Cabral por falta de preparo dos quadros administrativos, falta de profissionalismo e amor à pátria por parte de alguns funcionários de Estado e de dirigentes políticos nacionais. Ainda passamos um atestado de incompetência a nós mesmos por

sermos incapazes de criar e de manter uma fábrica de transformação bauxita em alumínio destinada à exportação, como pretendia Luís Cabral, preferindo escoar a exportação a outros países e a empresas estrangeiras, sem estudos sérios do impacto ambiental que isto causaria.

Em 1975 e 1980, o regime da I República fez, de fato, um esforço gigantesco para munir o país de pequenas e médias unidades industriais: fábrica Bambi; Nhaie; Leite Blufó; Complexo industrial de Bolola; Semapesca; Fabrica para produções de oxigênio e acetileno de Bissau; Fabrica Titina Silá, de sumos e compotas; Empresa nacional de criação de aves – EMAVI, em Llonde; Estrela do mar; Dicol; Socotram e o Complexo agro-industrial de Cumeré; Empresas de transportes públicos (Siló djata) e Marítimos (Guiné-mar), entre muitos outros projetos. O grande objetivo em mente era evitar que o Estado se transformasse em uma grande empresa empregadora, porém, foi o que, de fato, ocorreu no decurso dos anos e, por conseguinte, em fonte de todos os conflitos e lutas pelo poder, (SOUSA, 2012).

Ainda segundo Sousa (2012), havia outro fator; a falta de produção interna ou o seu despejo para os mercados vizinhos a preços acessíveis levaria o Estado a ressentir-se do ponto de vista financeiro ao ver baixar drasticamente uma das suas principais fontes de receita e ainda ver aumentada a despesa pública devido a implantação de produtos alimentares e/ou de luxo com todos os desequilíbrios que esta situação provocava. O endividamento externo do Estado, que chegou a atingir 90% entre 1975 e 1979, como medida para cobrir as despesas com as importações de bens de consumo e para o relançamento de projetos tornou-se inevitável. Por outro lado, assistiu-se desde a independência até ao golpe do estado de 1980, a um aumento substancial da inflação para níveis controláveis. Este aumento da inflação e a queda dos salários contribuíram para o agravamento do nível de vida das populações assalariadas, tendo o mesmo arruinado alguns camponeses devido à desvalorização dos produtos agrícolas.

Em traços gerais, isso significa que, apesar de alguns esforços no sentido de controlar a situação econômica, não foi ainda acompanhado das necessárias melhorias de condições de vida dos cidadãos. Todos os falhanços atrás apontados, são responsabilidades e devem ser imputadas por inteiro à situação conjuntural e a alguns erros de governação, pois trouxeram profundos reflexos no ponto de vista social. As contradições, os conflitos e as vinganças tenderam a sobreviver, ameaçando a já frágil

unidade e o equilíbrio interno, e afetou as relações do poder. A nível da estrutura política, agudizavam-se as tensões no seio da classe dirigente, à medida que o poder tendia para uma maior centralização. Inaugurava-se, assim, uma nova fase nas relações políticas, (SOUS, 20012).

Para Sousa (2012), é certo que a fenda que então se verificou a nível da coesão social e nas relações do poder começou por afetar a sociedade e o Estado. Foi assim que o novo poder, ferido de morte, foi perdendo gradualmente a legitimidade histórica, mais ainda contava com um forte aliado – o *apparatus* policial e militar- para ainda se conservar, porém, por muito pouco tempo.

Portanto, se as rupturas nas relações de poder e na coesão social ameaçaram o Estado, não foram, no entanto, capazes de o pôr em perigo. Porquê? Porque o estado Guineense, que então estava se estruturando, formou-se como parte integrante de uma lógica política – partidária em que o aparato repressivo (a polícia, o exército e a segurança do estado) eram um dos seus principais componentes. Foram esses aparatos repressivos que interviram (por vezes, de forma violenta) para conter as fricções e as lutas internas, bem como para regular as relações políticas, econômicas e sociais, (SOUSA, 2012).

Em síntese, podemos dizer que durante a I República, o novo Estado tinha já entrado em crise pelas seguintes razões: 1) Pelo desgaste experimentado; 2) Pelo falhanço das tentativas de politização das massas urbanas; 3) Pelo falhanço inesperado do seu programa económico industrial. Deste modo, começou-se a cavar-se um foço entre a estrutura do poder e aquela que poderia ser a sua base sociológica de apoio – as populações urbanas. O Estado, ou melhor, o partido/estado, passou a estar apenas ao serviço de uma minoria, num quadro em que a mobilidade social se processava, tão somente, no interior da máquina político-partidária, praticamente vedada a entrada de novos membros, sempre sujeitos a um grande escrutínio, (SOUSA, 2012).

Por outro lado, o intervencionismo do Estado socializante, importado do centralismo democrático e do paradigma do estado patrimonial, seria também umas das causas do seu desgaste por falta de recursos humanos e material que o tornariam prisioneiros das ajudas externas e do paradigma colonial que havia procurado rejeitar. Ao juntar-se a tudo isso esteve ainda, do outro lado, a incapacidade de renovação, de rejuvenescimento e de reformulação da ideologia, de forma a adaptá-la a um novo

contexto sociopolítico. A lacuna que se criou entre o novo poder instalado em Bissau e as populações, tendeu a incrementar, e com eles os conflitos de interesses cada vez mais inconciliáveis, (SOUSA, 20012).

Conforme Tchernó Jaló (2012), o regime do presidente Luís Cabral, caracterizado pelo autoritarismo e concentração do poder, tinha evoluído para o que o seu irmão, Amílcar Cabral, mais temia; isto é, a deriva do centralismo democrático para o centralismo burocrático. Este regime era também marcado por escolhas políticas profundamente divergentes das escolhas de Cabo Verde. Esta amálgama de crise institucional, resultado do desequilíbrio crescente do poder entre o Estado, o Partido, e a etnia, ou seja, conflitos entre guineenses e cabo-verdianos, mascarava um conflito muito mais fundamental: a posição entre a tendência tecnocrática reunida em torno de Luís Cabral e a tendência militar-populista enegrófila reunida em torno de Nino Viera.

Na primeira República verifica-se que houve uma mudança de regime que tinha estrangeiros europeus com muita repressão e centralização de poder com relação a indiferenças, achando uma classe superior a outra. Depois de a Guiné-Bissau ser independente o povo esperava uma mudança, mas entrou um outro com o mesmo regime mudando, somente, um estrangeiro europeu por um estrangeiro africano, nesse caso, cabo-verdiano. E essas são as causas da revolta de Amílcar Cabral, a repressão e centralizações violência dos direitos do povo guineense; entretanto, depois de sua morte, o seu irmão, Luís Cabral, subiu ao pódio e fez tudo ao contrário, seguindo o que o seu irmão conservava contra o autoritarismo e a centralização do poder, (JALÓ, 2012).

Assim encerramos o segundo capítulo. Logo em seguida abordaremos o terceiro e último capítulo deste trabalho. Este é o mais importante desse trabalho, aliás, nenhum é menos importante, mas ele contém o formalismo do projeto inicial.

### **CAPÍTULO III – CRISE POLÍTICA EM GUINE-BISSAU: GOLPE DE ESTADO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1980.**

Este capítulo contém uma só seção onde analisaremos o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, o fim do projeto da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, as tensões que levaram à execução de Amílcar Cabral e que conduziram a expulsão dos fundadores do país onde jogavam um estatuto de liderança.

Desde a sua fundação, o PAIGC esquematizou como fim, uma última união política entre os territórios da Guiné e Cabo Verde. Pela primeira vez, Cabo Verde introduziu-se na programação política do P.A.I.G.C, quando da realização de uma reunião de quadros do partido em Dakar, de 17 a 20 de Julho de 1963, em que participaram além de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Vasco Cabral, Victor Saúde Maria, Abílio Duarte, Pedro Pires e José Araújo. No encerramento do encontro preparou-se um comunicado onde se afirmava que: “A reunião procedeu a uma análise objetiva e detalhada de todos os fatores que interessam à luta em Cabo Verde, assim como das relações dessa luta com a da Guiné”, (FERNANDES, 2007. p. 91). O fervor revolucionário em torno do lema “unidade e luta/ luta pela independência dos povos da Guiné e Cabo verde”, estratégia difundida por Amílcar Cabral, parece ter diminuído os males do chamado colonialismo cabo-verdiano na Guiné ou agentes do colonialismo português, para congregar cabo-verdianos e guineenses à volta de um ideal comum: a luta contra o colonialismo português.

De acordo com Fernandes (2012), segundo algumas estimativas, nos anos 50 mais de 75% da administração colonial portuguesa na Guiné era assegurada pelos cabo-verdianos, considerados como agentes do colonialismo português.

Peter Karibe Mendy, um dos críticos desta presença cabo-verdiana, refere que: Para as verdadeiras vítimas do colonialismo português, a grande maioria das populações rurais, pejorativamente chamadas de «gentios», o pior aspecto da presença colonial portuguesa está associado aos cabo-verdianos, como os funcionários coloniais que lhes cobravam impostos e os forçavam a trabalhar gratuitamente nos «projetos públicos» e castigavam-nos sem demora pela mais pequena infração do código do indigenato. (FERNANDES, 2007.p.92).

Na verdade, essa união entre esses dois povos era muito difícil de se concretizar, contudo tinha um forte e querido homem por ambos os lados, Amílcar Cabral, que lutou e concretizou, por pouco tempo, e até custou-lhe a perda da vida; perda que teria mais sentido se essa união tivesse prevalecido, o que honraria mais a sua luta; mas esta união

não tinha como prevalecer, porque os guineenses tinham trauma, ódio, rancor e até medo, sentimentos estes provocados pela dureza e violenta administração dos cabo-verdianos durante a colonização.

O que levou os militares guineenses a realizar o golpe de Estado foi o colonialismo cabo-verdiano. Nesse sentido, afirma Fernandes (2007), inicialmente a operação militar que levaria ao golpe, programado para 16 de novembro de 1980, foi antecipado para o dia 14 do mesmo mês, devido a fuga das informações. A intervenção foi muito rápida e, no dia seguinte, 15 de Novembro, a Guiné-Bissau estava completamente atinada pelo Comando Operacional de 14 de Novembro, tendo as diferentes regiões militares concordado à ascensão militar. Sobre as razões que levaram a esta ação militar, intitulada “Movimento Reajustador”, e negando o nome de golpe, afirma João Bernardo Vieira, chamado carinhosamente de nome Nino Vieira durante clandestinidade da luta de libertação.

O recurso às armas não foi, porém, a via mais fácil para eles. Nos últimos tempos houve várias tentativas de, no quadro dos princípios básicos do nosso Partido o P.A.I.G.C, solucionarmos os graves problemas nacionais. Infelizmente, benefício de uma política antidemocrática, de flagrante desvio à linha do Partido e foi sendo bloqueada todas as possibilidades de discussão e de diálogo. Como causas fundamentais que originaram a nossa ação do passado, dia 14 de Novembro, realçamos a degradante situação econômico-social do país, o desvio da linha ideológica do Partido, consubstanciado na progressiva eliminação dos princípios do centralismo democrático, no combate duro à aplicação do princípio de crítica e autocrítica, na deturpação do Princípio da Unidade Guiné-Cabo Verde, e na introdução do divisionismo no seio dos militantes, dirigentes, (FERNANDES, 2007. p. 89).

Na reação ao golpe de 14 de Novembro de 1980, o secretário geral, Aristides Pereira, afirma que não havia qualquer descontinuidade ideológica a justificar o golpe. Na mesma comunicação telegráfica endereçada a ele, Nino Viera, responsável pelo acontecimento, reafirmou ao camarada secretário geral, que o acontecimento de 14 de novembro nada tinha contra as linhas de pensamentos do saudoso Amílcar Cabral e os fundamentos do partido. Os novos poderes em Guiné-Bissau, nomeadamente o Conselho da Revolução, eram formados por “verdadeiros militantes”, estavam” prontos e abertos para discussões” e como tal “não houve nenhum desvio às linhas do partido. É tida como detonadora da ação militar, a revisão constitucional que, segundo João Bernardo Vieira, objetivou-se” na personalização do poder e na negação ao povo guineense da sua Identidade Nacional”. É que também segundo os golpistas, enquanto que em Cabo Verde

a Constituição não permitia a um guineense ser Presidente, o texto do da Guiné foi elaborado de forma a permitir que um cabo-verdiano fosse presidente, e permitia a pena de morte na Guiné-Bissau e não em Cabo-Verde. Os guineenses reclamavam a Unidade na Igualdade das Leias elaboradas (FERNANDES, 2007. p. 90).

Um despacho da ANOP dá conta que a sigla P.A.I.G.C não foi uma única vez mencionada nos comunicados e mensagens do novo regime (regime da I República). Segundo a mesma agência esta atitude surge como um esforço da convicção generalizada de que o golpe marcou o fim definitivo do projeto de Unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, e até se chegou a especular que o P.A.I.G.C, na Guiné-Bissau, tinha os seus dias contados, (FERNANDES, 2007. p. 90).

Para evitar alguns excessos, João Bernardo Vieira, “Nino Vieira”, afirmou que o P.A.I.G.C ainda não havia acabado, no entender deles. Para Mário Cabral, a falta de referência ao P.A.I.G.C justifica-se pelo fato de o Conselho da Revolução ter assumido todas as funções que competiam ao Conselho do Estado, Assembleia Nacional Popular e Comissários de Estado, (FERNANDES, 2007. p. 90).

A convulsão gerada no seio do Partido-Estado, por causa do levantamento militar de 14 de Novembro de 1980 e a introdução de uma instituição estranha ao P.A.I.G.C, o Conselho da Revolução, levou Nino Vieira a endereçar uma mensagem ao Secretário Geral do P.A.I.G.C justificando a ação, cujo teor passamos a citar, (FERNANDES, 2007. p. 90).

Perante a grave situação que se criou durante os últimos tempos, cujo desfecho era imprevisível e capaz de provocar consequências irreparáveis, pondo em causa a nossa revolução os objetivos e a linha do pensamento do nosso saudoso Camarada Amílcar Cabral, fomos obrigados, respondendo aos anseios do povo, de, no dia 14 do corrente mês de Novembro, tomar as medidas que a situação impunha. (FERNANDES, 2007. p. 90).

No sentido de descredibilizar o regime deposto e justificar o golpe no plano interno e externo, foram apresentados aos jornalistas os esqueletos de pessoas fuziladas, tendo o vice-presidente do Conselho da Revolução dito que Luís Cabral deveria prestar contas. Falando sobre o desconhecimento do massacre, Nino Vieira afirmou que na primeira reunião que teve no conselho de Ministros, o Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, tinha-lhe dito que as Forças Armadas e a Segurança passariam a estar sob o seu domínio e que, praticamente, todas as coisas não eram do seu conhecimento, e chegou

a citar o caso de Farim (Capital da região de Oio), onde cerca de cem pessoas morreram sufocadas, e que só pouco tempo depois do golpe ficou a saber. Se para as autoridades da Guiné-Bissau o golpe não punha em risco o pensamento de Cabral e os fundamentos do partido, discursos como o de correr com os colonos que ainda estavam na Guiné-Bissau, devolver a identidade nacional aos guineenses, segundo a libertação nacional, proferidos pelos membros do Conselho da Revolução chocaram profundamente os camaradas cabo-verdianos. Fato que levou muito cedo, o Conselho da Revolução, a empenhar-se em afirmar que o Movimento Reajustador nunca foi e nem seria racista contra cabo-verdianos e que, por isso, os cabo-verdianos não tinham nada a temer, (FERNANDES, 2007.p. 91).

Para Fernandes (2007), José Leitão da Graça, foi o primeiro a levantar a voz contra o princípio da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde; justamente argumentava contra este princípio o fato de os guineenses nutrirem ódio contra os cabo-verdianos, devido, principalmente, ao papel destes nas campanhas de pacificação colonial. Em certa medida, o 14 de Novembro veio a dar-lhe razão, e considera que o 14 de Novembro corrigiu o 5 de Julho. Vozes também no seio do P, A, I, G, C questionaram sobre o projeto da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Fernandes (2007), percebendo a polêmica em torno da questão da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, traz essa fala de Osvaldo Lopes da Silva, um dos líderes do PAIGC: É em Moscovo que tenho os meus primeiros contatos com os guineenses e começo a perceber as reticências que eles punham à unidade. E é também aí que começo a compreender a complexidade do problema. Depois de vários episódios, escrevo uma carta ao Amílcar Cabral em 1963 e questiono, pela primeira vez, a unidade. Digo nesta carta que nem o povo de Cabo Verde nem o povo da Guiné acreditam que são um só povo. Defendo que se devia pôr claramente a questão. Para ele, tratava-se de dois povos que se tinham juntado para fazer em comum a luta pela independência e que se tudo corresse bem poderiam partir para a unidade. Eu dizia que, para mim, a argumentação avançada para justificar a unidade não era convincente. Quanto a mim, ela não podia ser justificada por termos a mesma cultura, a mesma história. O Cabral ficou aborrecido, como se pode constatar, o princípio da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, o principal alicerce do P.A.I.G.C constituía uma questão tabu. (FERNANDES, 2007. p. 92).

Num deslumbramento enviado pela Polícia Internacional de Defesa de Estado (P.I.D.E) à presidência do Conselho e ao Ministro do Ultramar dizia que, dado a discórdia que se tinha verificado entre os dirigentes dos indivíduos que em Dakar desenvolvem atividades antiportuguesas, o chamado Movimento de Libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde (M.L.G.C.V), dividiu-se em dois grupos, que passaram a denominarem-se

“Movimento de Libertação da Guiné-Bissau” e “Movimento de Libertação” de Cabo Verde, isto como resultado principal da inimizade existente entre guineenses e cabo-verdianos, por aqueles acusaram estes de os quererem dominar.

O próprio Amílcar Cabral tentava ofuscar o conflito latente entre cabo-verdianos e guineenses ao afirmar que não existiam no seio do povo de Guiné-Bissau, ou entre o povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, a contradição que poderia ou dificultaria a unidade essencial para a liquidação da colonização portuguesa, em comum, (FERNANDES, 2007).

Quais as razões que levaram ao Movimento Reajustador?

Em conformidade com Fernandes (2007), Álvaro Nóbrega apresenta como razões do Movimento Reajustador: uma situação econômica calamitosa, descontentamento nas F.A.R.P e, a repressão da repressão. Outro estudioso da crise política guineense como Fafali Koudawo, aponta entre os fatores mais salientes do Movimento Reajustador de 14 de Novembro, as contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de Estado binacional desejado pelo PAIGC, mas mal aceito e mesmo mal vivido pelas populações dos dois países destinados à união.

O PAIGC, foi fundado na Guiné-Bissau, mas os seus membros fundadores eram praticamente todos de sangue e cultura cabo-verdiana, à exceção de Elyseé Turpin. De um pequeno número de mestiços cabo-verdianos, rapidamente o P.A.I.G.C transformou-se num partido de massa guineense. Considera-se que no seio do P.A.I.G.C, a convivência entre os guineenses e cabo-verdianos não foi pacífica, tendo como primeira consequência o assassinato de Amílcar Cabral. Como afirma Álvaro Nóbrega, o núcleo de conspiradores era exclusivamente constituído por guineenses. Mais do que a morte de Cabral, o seu objetivo era obter um lugar, o qual se achava com direito, no comando do partido. No seu entendimento não era lógico nem aceitável que uma escassa centena de homens, maioritariamente não combatentes, possuísse um peso político muito superior ao dos milhares combatentes guineenses que diariamente empenhavam as suas vidas nas frentes de combate, (FERNANDES, 2007).

Consoante Sousa (2012), a centralização e a concentração do poder nas mãos de uma elite política tendencialmente mais isolada e afastada da base sociológica e de apoio, vão entrar em contradição, e até em confronto com a crescente marginalização ao povo

da Guiné-Bissau. O Estado, que devia funcionar como instrumento de satisfação do bem-estar e de proteção dessa maioria sociológica, transformou-se numa entidade ao serviço de uma minoria, num quadro em que, como já se dissemos, a mobilidade só se processava no interior da máquina político-partidário que corporizava e/ou controlava o partido/Estado.

Estas seriam as razões que conduziram ao golpe do estado de 14 de Novembro de 1980. Mas houve mais razões que estiveram por detrás do golpe. Uma delas prendia-se com o debate em torno do anteprojeto dos estatutos e do programa a ser apresentado ao 3º. Congresso do PAIGC, que a ala guineense do partido chegou a reputar de antidemocrático. A outra estava associada ao projeto de revisão constitucional que, do ponto de vista do líder do golpe de 14 de Novembro de 1980, João Bernardo Vieira, tinha objetivado na absoluta personalização do poder e na rejeição da identidade do povo guineense, (SOUSA, 2012).

A centralização e a concentração do poder nas mãos de certo número de pessoas designada, à época, como elite política tendencialmente mais isolada, não só violava os princípios do partido (PAIGC), mas também, o ponto de vista do que é política para Hannah Arendt (2007), deixaria de concebê-la como relação entre diferentes pessoas, e se primava, de forma dogmática, pela homogeneização ideológica de princípios que, conseqüentemente, o conduziria a crises profundas e violentas, (ARENT, 2007).

Durante a luta de libertação, a insuficiência numérica de cabo-verdianos na direção superior do partido parece não ter preocupado muito os militares guineenses que, nas frentes de batalha, estavam a aplicar pesadas derrotas ao exército colonial português; e, ao mesmo tempo, a fazer com que o P.A.I.G.C ganhasse prestígio internacional. Se durante a guerra esse conflito manifesto não foi muito despoletado, dificilmente esta situação poderia se manter após o término da mesma. Considera Álvaro Nóbrega, que o Movimento Reajustador foi uma coligação de todas as facções guineenses no sentido de afastar os cabo-verdianos do domínio do poder. Nos corroboramos desta opinião, pois a rádio de Guiné-Bissau, controlada pelo Comando Operacional de 14 de Novembro, numa das suas emissões, no calor da revolução ora iniciada, afirmava que “o povo da Guiné-Bissau conseguiu finalmente a sua independência”; entenda-se, em relação aos cabo-verdianos que não eram considerados guineenses nem de sangue e nem de cultura, (FERNADES, 2007).

Victor Saúde Maria, vice-presidente do Conselho da Revolução, foi o enviado especial de João Bernardo Vieira às autoridades senegalesas. Esta afirmação, só confirma que, mesmo sob o signo da unidade, a Guiné-Bissau era considerada pertença dos Guineenses, e que, por outras razões evocadas para justificar o golpe, não passavam de ingredientes secundários. Era, aliás, assim que parte da imprensa internacional interpretava os acontecimentos, para grande preocupação do governo de Cabo Verde. Num ofício confidencial de 19 de Novembro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros reenviou a Aristides Pereira e ao gabinete do 1º ministro, os telexes recebidos das representações de Cabo Verde, em Washington e na O.N.U. No de Washington lia-se o seguinte:

A administração americana vai reconhecer o novo regime saído do golpe. Percebemos algumas incompreensões sobre atitude nosso governo condenando o golpe. A imprensa americana sempre apoiada em fontes europeias, particularmente portuguesas, tem-se referido favoravelmente à nova situação, dando por vezes a entender que o golpe foi uma reação contra pretensão dominação de mulatos cabo-verdianos. (FERNANDES, 2007. p.

E no da representação na O.N.U, lia-se o seguinte:

Começaram já circular rumores nos bastidores das Nações Unidas de que o golpe Estado foi motivado pelo descontentamento de atitude dos cabo-verdianos em querer dirigir o processo Guiné-Bissau. É, aliás, na sequência destas informações que se deve compreender a reação imediata do embaixador Corsino Fortes, em Lisboa, preconizando combater frontalmente a campanha radiofônica e jornalística que tem veiculado a falsa ideia de que a hegemonia cabo-verdiana constituiu motivo principal do golpe de Estado na Guiné-Bissau. (FERNANDES, 2007.p.95).

Os pactos históricos entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, eram reforçados pela luta anticolonial se resumiam em duas extensões, uma onde foi decretada a morte do próprio partido, e a outra onde surgiram movimentos com o objetivo de batalhar o colonialismo português e os cabo-verdianos que apoiavam essa ação. A estrutura política binacional, por exemplo, o Movimento da libertação de Guiné-Bissau, que cedo se indispos a Amílcar Cabral, a quem nomeou pejorativamente de cabo-verdianos, acusava-os de terem ajudado os Portugueses na dominação colonial na Guiné-Bissau e, perante a eventualidade de uma independência eminente, queriam substituir os colonialistas. Um dos seus fundadores, Rafael Barbosa, que mais tarde acabou por associar-se ao P.A.I.G.C, é ainda hoje tido como suspeito no assassinato de Amílcar Cabral, voltou a fazer parte na conjuntura de 14 de novembro. No primeiro comunicado lido por Manuel Saturnino, o Conselho da

Revolução disse que faria, em instantes, uma comunicação ao país o melhor filho da Guiné, cujo nome não foi revelado. Por volta da meia-noite, Rafael Barbosa que tinha sido libertado por seus partidários, começou a ler o seu comunicado, tendo-lhe sido, a certa altura, cortada a sua palavra, (FERNANDES, 2007).

No rescaldo do golpe, a tensão acumulada pelos acontecimentos da última fase da guerra de libertação tornou-se manifesta. Uma das acusações mútuas com maior impacto político era a que envolvia a luta interna pelo poder no PAIGC e as cumplicidades no assassinato de Amílcar Cabral. No discurso proferido na região natal de Cabral, Santa Catarina, na ilha de Santiago, Pedro Pires, então primeiro ministro, fez uma associação ambígua, colocando os golpistas de 14 de Novembro na esteira dos que assassinaram Amílcar Cabral, sem saberem que estavam matando um dos mais prestigiosos líderes da África e uma das inteligências do Terceiro Mundo. Do lado da Guiné-Bissau tinha-se, entretanto, manifestado a intenção de promover um inquérito e julgamento, não só aos antigos dirigentes depostos como ao próprio presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira. O inquérito, dizia o Conselho da Revolução, poderia aclarar as circunstâncias do assassinato de Amílcar Cabral e o rapto de Aristides Pereira. Segundo a Rádio Marconi, os comentários do PAIGC em Cabo Verde foram irônicos. Cruz Pinto e Victor Freire Monteiro (nota: este último incluía o novo governo como governador do Banco Nacional) foram, de fato, bem situados para fazer luz sobre esse fato. Victor Freire Monteiro foi, deveras, indicado pelos jornais de Lisboa, na manhã seguinte ao assassinato de Amílcar Cabral, (20 de Janeiro de 1973), como o novo secretário-geral do PAIGC, (FERNANDES, 2007).

Uma outra amostra evidente da tensão resultante das disputas entre as diferentes facções do PAIGC, segundo Fernandes (2007), desta vez com trágicas consequências no período pós-independência, foi relativa aos fuzilamentos da Guiné-Bissau. A principal acusação do Conselho da Revolução contra o ex-presidente Luís Cabral, a aguardar julgamento, consistia nos fuzilamentos de militares guineenses. Sabe-se que parte deles, como os Comandos Africanos, integravam as tropas coloniais, não tendo sido devidamente negociado o seu estatuto pelas autoridades coloniais portuguesas quando da entrega do poder em 1975. As valas comuns de cerca de 500 fuzilados foram – estranhamente – retomadas pelo discurso de Pedro Pires no município de Santa Catarina, em reação às acusações da Guiné-Bissau. Pires reenviava essa responsabilidade para os

antigos ministros de Luís Cabral (de fato, todos reconduzidos em novas funções pelo Conselho da Revolução) e acrescentou:

Que se queira agora sujar Luís Cabral, compreende-se, mas que, para isso, se tenha de reabilitar cães de guerra que cortavam as orelhas às vítimas para receber prêmios, é um escândalo. Que os porta-vozes do chamado Conselho da Revolução queiram vir insinuar que António Spínola e os seus Comandos Africanos é que tinham razão, é ir longe demais. (FERNANDES, 2007. p. 97).

Tratava-se de uma nova acusação de cumplicidade com o Estado colonial aos novos poderes da Guiné-Bissau a que Pedro Pires recorreu, mesmo correndo o risco de passar por legitimador do que já, então, aparecia como um massacre aos olhos da comunidade internacional. Mesmo para a imprensa ideologicamente próxima, havia dificuldades de conciliação entre estas acusações mútuas: o Magic (Centro de Informação de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau) que emitia a partir de Londres e com uma nítida orientação de apoio aos novos regimes, explicava apenas que os “revoltosos” tinham “sucumbido à propaganda racista” que os portugueses desenvolveram durante a guerra, (FERNANDES, 2007).

Por tudo que até agora acompanhamos e vimos, os esclarecimentos dos reajustadores apontaram claramente as causas e motivos da revolução, mas pelo que sabemos, o líder desse grupo deixou por de trás uns pequenos detalhes, por exemplo, que, na tomada de posse, João Bernardo Nino Vieira se surpreendeu e chorou pelo cargo que era obtido naquele momento. Líder e número um depois da morte de Amílcar Cabral na luta pela independência, não esperava o que viu.

O termo “elite mestiça” usado por Jaló, era exatamente o mesmo usado pelos colonizadores para dividir, fragilizar, separar e para melhor dominar. De acordo com Jaló (2012), as causas que vieram a detonar o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 e o fim de projeto de união Guiné-Bissau/Cabo Verde, são amplamente conhecidas e analisadas numa grande quantidade de artigos e de obras. Este acontecimento é duplamente emblemático para o nosso propósito. Por um lado, ele pos termo à hegemonia política de primeiro plano dos cabo-verdianos, datado de vários séculos e, por outro lado, este golpe de Estado constitui um segundo entrave ao desenvolvimento da comunidade mestiça na Guiné-Bissau, sendo a primeira a independência em relação a Portugal.

A penetração do aparelho político-administrativo na Guiné-Bissau pelos funcionários cabo-verdianos e mestiços guineenses pode perpetuar-se através das épocas e períodos históricos radicalmente opostos. Se por razões históricas já evocadas os seus papéis de auxiliares e de burocratas da administração colonial foram determinantes na gestão administrativa da colônia, são os membros desta mesma comunidade que constituíam a liderança do movimento armado de libertação nacional. Vimos que durante a guerra de libertação eles ocupavam os postos chave na direção política, diplomática e militar. Esta tendência foi consideravelmente reforçada após a independência. Até 1976, destes membros da mais alta instância do PAIGC, da Comissão Permanente do Comitê Executivo da Luta, três eram cabo-verdianos (Aristides Pereira, Pedro Pires e Abílio Duarte), dois eram guineenses de origem cabo-verdiana (Luís Cabral e Constantino Teixeira), e dois Guineenses, (Nino Viera e Umarú Djaló).

Neste contexto, o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 não quebrou, na realidade, a unidade Guiné-Bissau/Cabo Verde. Não fez mais do que endossar uma ruptura de fato que se tinha produzido no interior da organização política supranacional, (JALÓ, 2012).

Conforme Jaló (2007), a história da implantação europeia na Guiné-Bissau faz com que sejam grupos animistas do litoral, e o meio social dos luso-africanos que tivessem conhecido a maior taxa de mestiçagem com os portugueses durante a primeira fase do processo. Em seguida, a mestiçagem entre os brancos, e os cabo-verdianos ganha terreno, como é confirmado por um testemunho de Pélissier, segundo o qual a maior parte das amantes dos brancos, nos anos 30, em Guiné-Bissau, eram mestiças de Cabo Verde. Por isso, a grande maioria das crianças mestiças nasciam fora do casamento. O meio no qual as crianças mestiças nascidas de mãe africana eram socializadas aproximavam-nas mais da sociedade branca do que da comunidade de origem da sua mãe. O que nós chamamos de “questão mestiça” na Guiné-Bissau procede, não de conflito Inter étnico, mas antes de uma questão política para uma parte da elite negra, (JALÓ, 2012).

Ainda segundo Jaló, a politização deste fato social está ligada ao fato de a elite da comunidade mestiça da Guiné-Bissau ser uma das mais antigas elites políticas africanas. Enquanto em toda a África francófona e anglófona as elites políticas eram relativamente jovens, nascidas com a descolonização, na Guiné-Bissau, os mestiços conseguiram assegurar a sua hegemonia dentro do aparelho político-administrativo do século XV aos

nossos dias. Esta hegemonia é constante através dos períodos históricos profundamente contrastantes, indo da era colonial ao Estado soberano, passando pela fase da luta de libertação nacional.

É um fato inegável que alguns cabo-verdianos e mestiços guineenses constituíram o principal suporte militar e administrativo durante a primeira fase de colonização da Guiné. Até 1879, o exército colonial estacionado na Guiné-Bissau era composto, exclusivamente, por cabo-verdianos e colocados sob o comando misto luso-cabo-verdiano. Na realidade, apesar da autonomia administrativa de 1897, a Guiné-Bissau nunca deixou de ser uma colônia gerida por alguns cabo-verdianos. Em 1936, por exemplo, metade dos funcionários de médio escalão (incluindo administradores) são cabo-verdianos, constituindo, também, a esmagadora maioria dos pequenos funcionários. Em 1937, todos os funcionários nos Bijagós são cabo-verdianos, com exceção de um enfermeiro branco, (JALÓ, 2012).

Todas as outras comunidades africanas contribuíram, de uma maneira ou de outra, na colocação do seu país sob independência. Uma vez desencadeada a luta de libertação, o essencial dos esforços da guerra ao lado das forças colônias contra o movimento de libertação, assentava sobre as tropas africanas. Se estas forças eram de dominante Fula, todos os outros grupos étnicos ali tomaram parte de maneira mais ou menos ativa. No entanto, a conclusão chegada é de que as principais motivações da adesão massiva dos negros guineenses ao exército colonial eram mais de ordem material (um ganho prestigiado mais do que a pátria). A ideia é que o exército português oferecia os melhores salários que um guineense podia esperar na Guiné-Bissau. A maior parte dos autores que trataram a questão da colaboração étnica com poder colonial observou uma maior participação das sociedades islâmicas de estrutura social vertical. É nomeadamente o caso dos trabalhos de Amílcar Cabral que distinguiu, pela primeira vez, duas formas de organização social; por outro lado, as sociedades acéfalas de confissão animista e de estrutura horizontal e, por outro lado, as sociedades hierarquizadas de confissão islâmica e de estrutura vertical.

Cabral observa que, devido a sua forma de organização social, os últimos eram mais levados a colaborar com as autoridades coloniais que os primeiros. Não contestamos aqui esta tese, mas o estudo minucioso das pertenças etnias do contingente africano do

exército colonial português, na Guiné-Bissau, permitiu-nos fazer nuances a esta generalização, (JALÓ, 2012).

Na primeira República, todos os indicadores sugerem que o futuro da comunidade mestiça e da mestiçagem na Guiné-Bissau estava ameaçado na sua essência. A ruptura do cordão umbilical com Portugal após a independência, o espaçamento das relações genéticas, sociais, econômicos, culturais e políticas na sequência do fracasso do projeto de união com Cabo Verde e a improbabilidade de garantir uma endogamia clânica estrita, fizeram com que a maioria mestiça fosse ameaçada a prazo na sua existência enquanto grupo social distinto. Trata-se, aqui, da dinâmica do processo de retorno à raça negra, de acordo com o esquema genealógico desenvolvido. Por analogia, assistimos a um fenômeno idêntico no início do mesmo século nas margens da Guiné-Bissau e de Cabo Verde quando o poder de absorção das populações locais venceu as pequenas comunidades mestiças que sobreviveram ao esquecimento e à concorrência estrangeira. Elas acabaram por vacilar e tornaram-se praticamente indistintas do mundo africano animista em seu redor, tendo conseguido preservar, apenas, os seus nomes de origem portuguesa e a sua língua crioula, (Jaló, 2012).

A crescente “negritização” dos mestiços e o seu afastamento enquanto desafio e ator político, deixam apavorados que a desagregação tradicional que os opunha aos negros da Guiné-Bissau seja modificada numa rivalidade entre as elites das comunidades de lusitanizados e as comunidades muçulmanas. Este risco só pode ser afastado pelo estabelecimento de instituições verdadeiramente democráticas e pluralistas, pela elaboração de um projeto de sociedade viável e credível e por uma maior integração no espaço econômico e político da sub-região, (JALO, 2012).

Durante o diálogo sobre o golpe de 1980, neste capítulo, percebemos que não houve nenhuma ideia contraditória sobre o assunto entre os três autores. Como disse Antônio Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é feita através de outras matérias já elaboradas, nesse caso tende a sofrer muitas alterações para não tornar-se plágio. Foi o que percebemos, com pequenas diferenças nas palavras e termos, mas os conteúdos são os mesmos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi separado e dividido em três capítulos. O primeiro dividiu-se em três seções. A primeira seção apresentou a situação social e geográfica da República de Guiné-Bissau, focando nas questões de fauna, populações, grupos étnicos e religiões, como se apresentam hoje. A segunda apresentou a história da Guiné-Bissau nos períodos pré-colonial e colonial, salientando o declínio dos reinos, o impacto do tráfico negreiro e da escravidão e a colonização nessa região.

O segundo capítulo foi dividido apenas em uma seção. Apresentou dois assuntos: a luta da libertação da Guiné-Bissau e a crise política e econômica em Guiné-Bissau.

O terceiro capítulo tem como título a “Crise Política em Guiné-Bissau Bissau: Golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 e seu subtítulo, o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980”.

Comprovou que os Guineenses puseram fim ao projeto de união Guiné-Bissau/Cabo Verde, que já vinha, desde a luta de independência, através de um golpe militar que, segundo golpistas de 1980, as causas fundamentais foram a ação militar e a desunião da degradante situação econômico-social do país, o desvio da linha ideológica do Partido, consubstanciado na progressiva eliminação dos princípios do centralismo democrático num combate duro à aplicação do princípio de crítica e autocrítica, na deturpação do princípio da Unidade Guiné-Bissau Cabo Verde, e na introdução do divisionismo no seio dos militantes, responsáveis e dirigentes. E, por outros motivos fundamentais, estão o fuzilamento de mais de 150 pessoas na região de Farim no interior do País, e a centralização de poder de um certo número das pessoas chamadas “elites cabo-verdianas”.

Os guineenses não confiavam nos funcionários cabo-verdianos e mestiços guineenses, uma vez que estes já faziam parte do aparelho administrativo colonial, pois, se hoje o regime colonial português ganhou a fama de ser tão atroz e cruel, é porque os

cabo-verdianos o fazia ser. Eram eles que faziam parte de um grupo militar chamados “cipaios” e que recebiam as ordens de castigar e forçar todos os guineenses que recusassem de trabalhar e pagar os impostos. Em resumo, os guineenses estavam com os traumas provocados pelos cabo-verdianos na época colonial.

As principais causas da crise política de 1980, têm a ver com os choques ideológicos, e estes choques como são do conhecimento geral, acabaram em fuzilamentos nas matas de Mansabá, Cumere e Portogole. Estima-se que mais de meio milhar de compatriotas pereceu nas mãos da política do regime e dos militares entre 1974 e 1980. Aqueles que conseguiram escapar procuraram refúgio no vizinho Senegal e/ ou em Portugal. Sem se falar que isto gerou um ódio muito grande entre os compatriotas guineenses. E, como já mencionado na página 32 deste trabalho, os familiares sobreviventes da triste ocorrência que foi marcada por este fuzilamento, alimentam, até hoje, um sentimento de revolta e ódio pela perda de seus entes queridos, imperando assim, na Guiné-Bissau, o ânimo à vingança.

Outra crise tem a ver com a centralização de poder de certo número de pessoas violando os princípios do partido.

O falhanço do Estado socializante que inaugurou a primeira República (1975-1980), não ocorreu somente no aspecto particular do domínio econômico, mas também na tentativa de conversão de agricultura e no alojamento de unidades industriais ligados ao setor primário. Por detrás de todos esses falhanços, podemos apontar, em primeiro lugar, os fracos ou inexistentes incentivos à agricultura, cujo os resultados imediatos poderiam ter contribuído para fixação dos camponeses às suas terras, o que não chegou acontecer pela falta de interesse por parte do Estado. Essas eram as causas de crises políticas e econômicas.

O segundo fator teve relevância com a falta das chuvas, os consequentes maus anos agrícolas e a continuação de uma política bem idêntica ao anterior, onde o regime colonizador (baixo preço dos produtos e a desvalorização da moeda) também vieram contribuir em falhanços das políticas agrícolas encetadas durante a I República. Em terceiro lugar e ligado ao segundo aspecto, o elevado custo da monopolização e das importações e exportações por parte do estado, na tentativa de tirar dividendos, cujas consequências conduziram à pronta reação dos camponesas; estes começaram a

comercializar os produtos que muita falta fazia à nascente indústria nacional nos países vizinhos, e assim abandonaram, pura e simplesmente, os campos e fixaram-se nos grandes centros urbanos.

Concluimos dizendo que este trabalho nos permite a uma compreensão sobre a crise política da Guiné-Bissau, as causas dessa crise e o porquê de os guineenses e cabo-verdianos puseram fim à união que já vinha surgindo desde o processo de luta da libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, bem como do porquê de os guineenses não confiarem nos funcionários. Cabo-verdianos e mestiços guineenses, já faziam parte do aparelho administrativo colonial.

Ainda podemos mencionar que este trabalho também nos ajudou a descobrir fatos que desconhecíamos e tirou algumas de nossas dúvidas, bem como nos ajudou a encontrar respostas sobre as nossas perguntas anunciadas no objetivo desse trabalho; em outras palavras, acreditamos ter atingido o objetivo a que nos propusemos na realização deste estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HERNANDES, Leite Leila. **África na sala da aula: Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

AUGEL, Parente Moema. **O desafio do escombro: Nação, identidades e pos-colonialíssimo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Gramond, 2007.

SOUSA, Soares Julião. **A destruição de um país: Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional**. Coimbra: 2012.

DJALÓ, Tchernó. **O mestiço e o poder: Identidades, dominações e resistências na Guiné-Bissau**. Nova Veja: 2012.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Tomo II - Do século XIX até nossos dias. Salvador: UFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. [Capítulos: A África Independente; Os caminhos da emancipação].

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Do século XIX aos nossos dias. Tomo II- Lisboa: Coimbra; 2007. [Os caminhos da emancipação].

MAZRUI, Ali A.... "Introdução" In: MAZRUI, Ali A., WONDDJI, Christophe (ed.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p.1-29.

KI-ZERBO, Joseph. "Introdução geral". In: \_\_\_\_\_. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2010.

O.RANGER, Terence. **Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista**. 1969.

SOUSA, Soares Julião. **Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e Morte de um Revolucionário Africano**. Cidade de Praia, 2013.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a Crítica ao Colonialismo: Entre harmonia e contradição**. 1ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: O legado de Amílcar Cabral** — São Paulo: ed. UNESCO, 2012.

MOURÃO, Ellery Daniele. **Identidades em Trânsito, África “na pasajen”:** **Identidades nacionalidades guineenses e cabo-verdianas**. Campinas, 2009.

ARENDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

AUGEL, J. **Democratização e a formação de elite**. In: AUGEL, J., CARDOSO, C. (orgs). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensinos**. Bissau: Instituto de Estudos e Pesquisa-INEP, 1996. P.139-151.

SEMEDO, Jorge Rui. **O Estado da Guiné-Bissau e os Desafios político-institucionais**. São Paulo: 2011.

GIL, Carlos Antônio. **Como fazer a pesquisa científica?** São Paulo: 2010.

REIS, Pereira Elisa, PERISSONOTT, Moseff Renato. **História e Sociologia: um par necessário**. Paraná: 1999.

FERNANDES, Monteiro Conceição da Antero. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da Unidade á Separação**. Porto: 2007.

LOPOES, Carlos. **Atos do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”**. 1ª edição. Lisboa, 1995.